

RICARDO LUIZ AMORIM GONTIJO FOUREAUX

**REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE NO HIPERCENTRO DE
BELO HORIZONTE:**

UM ESTUDO SOBRE FURTOS, ROUBOS E ASSALTOS CONSUMADOS A
TRANSEUNTES E DAS ESTRATÉGIAS POLICIAIS PARA COMBATÊ-LOS

(1998-2006)

**BELO HORIZONTE
2007**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA



**REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE NO HIPERCENTRO DE
BELO HORIZONTE:**

UM ESTUDO SOBRE FURTOS, ROUBOS E ASSALTOS CONSUMADOS A
TRANSEUNTES E DAS ESTRATÉGIAS POLICIAIS PARA COMBATÊ-LOS
(1998-2006)

Trabalho Final apresentado ao Centro de
Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
da UFMG, como requisito parcial para a
obtenção do título de especialista.

Orientadora: Tania Quintaneiro

RICARDO LUIZ AMORIM GONTIJO FOUREAUX
2007

*À minha noiva, Karine, pelo apoio e carinho
dedicados a mim.*

Agradeço:

À professora Tania Quintaneiro, orientadora, pelo apoio, atenção e ensinamentos da língua portuguesa, redação de trabalhos acadêmicos e, principalmente, sociologia;

À PMMG, por me dar uma profissão, um ideal e vários amigos;

Aos professores do CRISP, por me darem uma nova ótica para entender o mundo e a criminalidade;

Aos colegas do CRISP, pelos momentos de iluminação e aflição compartilhados;

Ao Primeiro Batalhão de Polícia Militar, minha segunda casa.

À minha família, pelo carinho incondicional.

RESUMO

Esta pesquisa teve por finalidade estudar o fenômeno da redução da criminalidade na subárea 6 do 1º Batalhão de Polícia Militar, sub área esta referente ao Hipercentro da cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Para tal, foram pesquisados os dados estatísticos dos anos de 1998 a 2006, referentes aos crimes de: furto consumado a transeunte, roubo consumado a transeunte e assalto consumado a transeunte. Estes delitos foram escolhidos por corresponderem, segundo a pesquisa, com as taxas mais altas de incidência criminal na subárea. Estruturando a pesquisa, faz-se a descrição das teorias sociológicas que explicam por quais motivos o Hipercentro se torna tão atrativo à criminalidade.

Para entender a redução das taxas estatísticas, foram descritas as estratégias policiais que, de acordo com a hipótese desta pesquisa, resultaram em reflexos positivos, a partir de 2003. Também foram pesquisados através de questionários, policiais e pessoas da sociedade, e as suas impressões sobre os fatores que motivaram a redução da criminalidade.

ABSTRACT

The present research had the aim of studying the criminal evolution phenomenon at First Battalion of Military Police's subarea 6. This subarea is located in Belo Horizonte's Hipercenter, State's capital of Minas Gerais, Brazil. For such, it was researched the statistical data of the years of 1998 until 2006, referring to the crimes of consummated theft, consummated robbery and consummated armed robbery, all of them committed against passers-by. These delicts had been chosen by corresponding, according to research, with the majority of the criminal incidence in the sub-area. Structuralizing the research, it becomes a description of the sociological theories that explain for which reasons the Hipercentro becomes so attractive to crime. To understand the reduction of the statistical taxes, the police strategies had been described that, in accordance with the hypothesis of this research, had resulted in positive consequences, from 2003. Also they had been searched through questionnaires replied by policemen and people of the society, and their impressions on the factors that had motivated the criminal reduction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 OBJETO DE ESTUDO.....	15
1.1 Tema.....	15
1.2 Delimitação do Tema.....	15
1.3 Problema.....	16
1.4 Hipótese.....	16
1.4.1 Hipótese Básica.....	16
1.5 Variáveis.....	16
1.5.1 Variável Independente.....	16
1.5.2 Variáveis Dependentes.....	16
1.6 Objetivos.....	16
1.6.1 Objetivo Geral.....	16
1.6.2 Objetivos Específicos.....	17
1.7 Justificativa.....	17
2 METODOLOGIA.....	18
2.1 Método de Abordagem.....	18
2.2 Método de Procedimentos.....	18
2.3 Técnicas.....	19
2.3.1 Documentação Indireta.....	20
2.3.2 Documentação Direta.....	20
2.4 Delimitação do Universo.....	21
2.5 Amostragem.....	21

3 ANÁLISE DA SITUAÇÃO.....	22
4 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE A CRIMINALIDADE DO HIPERCENTRO.....	26
4.1 O Início do Esforço Científico para o entendimento do Crime	26
4.2 Merton e a Teoria da Anomia.....	28
4.3 Teoria das Oportunidades.....	30
4.4 Teoria da Desorganização Social.....	31
4.5 Teoria das Janelas Quebradas.....	33
5 DADOS ESTATÍSTICOS DO HIPERCENTRO NO PERÍODO DE 1998- 2006.....	36
5.1 Furtos Consumados a Transeunte.....	44
5.2 Roubo Consumado a Transeunte.....	47
5.3 Assalto Consumado a Transeunte.....	49
6 Estratégias de Redução de Crime.....	51
6.1 Utilização sistêmica do geoprocessamento.....	51
6.2 Monitoramento Eletrônico “Olho Vivo”	52
6.3 Projeto “Fica Preso” de Combate a Reincidentes Criminais.....	53
6.4 Patrulhas de Prevenção Ativa (PPA).....	55
6.5 Grupo Especializado em Patrulhamento Motorizado (GEPMOR).....	57
6.6 Implementação do Código de Posturas Municipais.....	58
6.7 Pelotão Tático Comunitário (PTC) na 6ª Companhia Especial.....	59
6.8 Operações “Fecha Quarteirão” e “Pente Fino”	61
6.9 Operações conjuntas de fechamento de lojas de ouro e aparelhos	

celulares.....	62
7 Apresentação e Análise de Dados.....	64
7.1 Análise dos questionários aplicados aos Comerciantes e Comerciários que trabalham no Hipercentro há mais de 05 anos.....	64
7.2 Análise dos questionários aplicados aos Policiais Militares da 6ª Companhia Especial que trabalham operacionalmente no Hipercentro há mais de 5 anos.....	69
7.3 Entrevista com o Comandante da 6ª Companhia de Polícia Especial	73
8 Considerações Finais.....	76
Glossário.....	79
Bibliografia.....	80
ANEXO 1: Pesquisa aplicada aos Comerciantes e Comerciários.....	82
ANEXO 2: Pesquisa aplicada aos Policiais Militares.....	83
ANEXO 3: Guia para Entrevistas realizadas com o Comandante da 6ª Cia. Esp. Em 2003.....	84
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
GRÁFICO 5.1 Criminalidade no Hipercentro no ano de 1998.....	36
GRÁFICO 5.2 Criminalidade no Hipercentro no ano de 1999.....	38
GRÁFICO 5.3 Criminalidade no Hipercentro no ano de 2000.....	38
GRÁFICO 5.4 Criminalidade no Hipercentro no ano de 2001.....	39
GRÁFICO 5.5 Criminalidade no Hipercentro no ano de 2002.....	39
GRÁFICO 5.6 Criminalidade no Hipercentro no ano de 2003.....	41
GRÁFICO 5.7 Criminalidade no Hipercentro no ano de 2004.....	41

GRÁFICO 5.8 Criminalidade no Hipercentro no ano de 2005.....	42
GRÁFICO 5.9 Criminalidade no Hipercentro no ano de 2006.....	42
GRÁFICO 5.10 Furtos Cons. a Transeuntes – Subárea 6 – 1998-2006.....	45
GRÁFICO 5.11 Roubos Cons. a Transeuntes – Subárea 6 – 1998-2006....	47
GRÁFICO 5.12 Assaltos Cons. a Transeuntes – Subárea 6 – 1998-2006..	49
GRÁFICO 7.1.1 Clima de Segurança no Hipercentro – 2002-2006.....	65
GRÁFICO 7.1.2 Presença de Delito no Hipercentro – Qualquer período..	66
GRÁFICO 7.1.3 Última observação de delito no Hipercentro.....	67
GRÁFICO 7.1.4 Estratégias Importantes – 2003 - População.....	68
GRÁFICO 7.2.1 Estratégias Importantes – 2003 - Policiais.....	71
TABELAS	
TABELA 3.1: Criminalidade na Subárea 06 do 1º BPM – número de delitos estudados.....	22
TABELA 5.1 Criminalidade na Subárea 06 do 1º BPM – número de delitos totais.....	40

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade da década de 1990, a criminalidade nas grandes cidades brasileiras começou a crescer de forma assustadora, conforme poderemos perceber em alguns dados que serão analisados nesse trabalho. Vários fatores são apontados, pelo senso comum e pela mídia, como responsáveis por essa crise de segurança pública. Cite-se, como exemplos, o sucateamento lento e gradual das instituições policiais militares e civis após o fim da ditadura em 1985; a greve nacional das categorias supracitadas em 1997 (que criaram um ambiente de quebra de disciplina e descaso nas atividades policiais); a renovação dos quadros de pessoal das organizações policiais que, pelas condições de trabalho, atraíam cada vez menos pessoas com maiores possibilidades intelectuais para a atividade, dentre outras.

A esse contexto aparentemente desfavorável a qualquer resposta positiva das instituições policiais contra a criminalidade, somou-se a dificuldade da maioria dos brasileiros de obterem ascensão social por meios legítimos num país de crescente desigualdade social. O problema da criminalidade deixou de ser apenas um empecilho na vida dos moradores de regiões suburbanas da cidade e ganhou o asfalto, assombrando as classes média e alta. Os criminosos se tornaram mais ousados, mais violentos e mais influentes, conforme acompanhamos pela mídia as denúncias diárias de corrupção contra membros e órgãos do poder judiciário, legislativo e executivo.

Ao atingir as classes de maior poder econômico, as quais são formadoras de opinião, holofotes ainda mais potentes foram focalizados sobre o problema, no final da

década de 90. Correntes da sociedade se mobilizaram, políticos passaram a tratar o assunto como tema principal de campanhas, centros de pesquisa foram criados. Tudo isso colaborou para o início de uma nova formulação de respostas à criminalidade. Porém, tais respostas não foram imediatas. A reação social levou alguns anos para acontecer.

Em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, a região do Hipercentro foi considerada, desde o início dos anos 90, um ponto crítico da criminalidade municipal. Responsável pela maior taxa de crimes contra o patrimônio (furtos, roubos, assaltos) por quilômetro quadrado no estado de Minas Gerais, a região representa o centro, o coração do estado. Com uma enorme população flutuante (estima-se que metade da população da cidade, dois milhões de pessoas, passe pelas ruas centrais durante o período diurno), a criminalidade também floresceu como uma erva daninha na década de 90. Responder a esse problema de segurança pública era de vital importância para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), pois afetava diretamente metade da população da cidade.

Para resolver o dilema, a Polícia Militar começou a reagir por meio de vários projetos, ações e operações inovadoras a partir de 2003. Além disso, ações conjuntas com a Polícia Civil e a Prefeitura Municipal foram de vital importância para o sucesso destas operações.

Este trabalho monográfico tem como objetivo estudar as variações estatísticas de determinadas taxas criminais no Hipercentro de Belo Horizonte, no período compreendido entre 1998 a 2006, e apontar, dentre as medidas adotadas pela Polícia Militar, quais delas foram responsáveis pelos resultados positivos no sentido

da redução da criminalidade a partir de 2003. Tais medidas bem-sucedidas podem ser utilizadas por outras corporações como um conjunto de procedimentos para redução nas práticas criminosas.

Para uma melhor compreensão da metodologia adotada neste trabalho, serão apresentados agora três conceitos, melhor desenvolvidos na seção 4 do trabalho:

- Furto consumado a transeunte: a subtração bem-sucedida de um bem alheio (neste caso, bem de um passante), sem uso de força;
- Roubo consumado a transeunte: a subtração bem-sucedida de um bem alheio (neste caso bem de um passante), com uso de força, como violência física ou grave ameaça.
- Assalto consumado a transeunte: a subtração bem-sucedida de um bem alheio (neste caso bem de um passante), com uso de força, especificamente com uma arma de fogo.

A monografia foi estruturada e organizada da seguinte forma:

A Introdução apresenta uma abordagem panorâmica e contextualizada do assunto pesquisado.

A Seção 1 (Objeto de Estudo) apresenta o tema da monografia, sua delimitação, a definição dos objetos, a justificativa, o problema, as hipóteses e as variáveis.

A Seção 2 (Metodologia) descreve os caminhos percorridos para o alcance dos objetivos da pesquisa, sua natureza e universo, definição da amostra e apresentação das técnicas e instrumentos utilizados para coleta e interpretação dos dados.

A Seção 3 (Análise da Situação) apresenta, de uma forma mais aprofundada e precisa, o fenômeno criminal no Hipercentro de Belo Horizonte.

A Seção 4 (Aspectos Teóricos sobre a Criminalidade do Hipercentro) descreve brevemente teorias sociológicas sobre o crime, o que permite ao leitor perceber os motivos que transformaram o Hipercentro em um ambiente propício à delinquência.

A Seção 5 (Dados Estatísticos) demonstra a evolução estatística dos delitos estudados no período de 1998 a 2006, e explica o conceito e o *modus operandi* de cada delito na região do Hipercentro.

A Seção 6 (Estratégias de Redução da criminalidade) dissecas as diversas estratégias adotadas a partir de 2003, que refletiram nos índices criminais a partir deste ano.

A Seção 7 (Apresentação e análise de dados) contém uma exposição, por meio de gráficos e planilha de questionários, dos dados coletados na pesquisa de campo e compilação das informações obtidas através das entrevistas realizadas com as principais autoridades envolvidas, com os policiais militares e populares freqüentadores do Hipercentro.

A Seção 8 (Considerações finais) desenvolve as interpretações obtidas com os dados apresentados e trabalhados na seção anterior, bem como da literatura pesquisada.

Completam, ainda, a estrutura deste trabalho, um Glossário, as Referências Bibliográficas, e os Anexos elaborados ao longo da pesquisa.

1 OBJETO DE ESTUDO

O presente trabalho monográfico, desenvolveu-se no período de fevereiro a outubro de 2007, nesta cidade de Belo Horizonte/MG, tendo como objeto a análise da redução das estatísticas da prática de determinados delitos criminais da região do Hipercentro de Belo Horizonte, o qual está situado na subárea da 6ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar.

Para fins de análise do assunto em questão, fez-se necessária a adoção do esquema metodológico que será apresentado adiante.

1.1 Tema

Redução da Criminalidade do Hipercentro de Belo Horizonte: um estudo sobre furtos, roubos e assaltos consumados a transeuntes e das estratégias policiais para combatê-los (1998-2006)

1.2 Delimitação do tema

O presente trabalho pretende analisar a evolução das estatísticas criminais referentes à região do Hipercentro de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, no período de 1998 a 2006. Para se estudar as variações estatísticas, foram escolhidos os crimes de furto consumado a transeunte, roubo consumado a transeunte e assalto consumado a transeunte. Além disso, visa a descrever e verificar o impacto das estratégias utilizadas pela Polícia Militar para redução da criminalidade a partir de 2003.

1.3 Problema

Qual foi a redução da criminalidade no período estudado? Quais estratégias policiais foram mais eficazes para a redução da criminalidade no Hipercentro de Belo Horizonte a partir de 2003?

1.4 Hipóteses

1.4.1 Hipótese básica

As estratégias policiais utilizadas a partir de 2003 mostraram-se de grande efetividade e importância para a redução da criminalidade na região do Hipercentro de Belo Horizonte.

1.5 Variáveis

1.5.1 Variável independente

A evolução das estatísticas criminais na região do Hipercentro de Belo Horizonte.

1.5.1 Variáveis dependentes

- A eficiência das estratégias policiais utilizadas no Hipercentro
- O envolvimento da Polícia Militar e da sociedade civil organizada nas estratégias

1.6 Objetivos

1.6.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é avaliar a redução da criminalidade, no relativo a três tipos específicos de crime de maior incidência no Hipercentro de Belo Horizonte

entre 2003 e 2006, através dos dados estatísticos dos anos de 1998 a 2006 e definir quais estratégias policiais foram os motivos principais desta redução.

1.6.2 Objetivos Específicos

- Analisar, com base nos dados estatísticos criminais obtidos na PMMG, a redução da criminalidade dos delitos de maior incidência no Hipercentro de Belo Horizonte, no período compreendido entre 1998 a 2003;
- Avaliar os métodos e estratégias policiais utilizados para a redução da criminalidade no período pesquisado.

1.7 Justificativa

A justificativa do presente trabalho é a necessidade de se apontar estratégias bem-sucedidas de combate à criminalidade, para que outras polícias e instituições relacionadas à segurança pública possam se beneficiar de métodos comprovadamente eficazes.

Apesar da dinâmica presente nas ciências sociais, que demonstram que nem sempre uma resposta a um determinado problema funcionará da mesma forma em sociedades diferentes, acredito que a transcrição destas fórmulas pode, pelo menos, ajudar a esclarecer, junto àqueles responsáveis por problemas semelhantes de segurança pública, o benefício comprovado de certas estratégias.

Além disso, é necessário também se comprovar de forma empírica, e não apenas teórica, a importância de ferramentas e táticas policiais, como geoprocessamento, filosofia de polícia comunitária, monitoramento por câmeras, dentre outras, para a atividade policial.

2 METODOLOGIA

Para Lakatos e Marconi (1991), método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com segurança e economia, permite ao pesquisador alcançar os objetivos pretendidos, proporcionando-lhe a obtenção de conhecimentos válidos e verdadeiros, de modo a traçar o caminho a ser seguido e detectar os erros e acertos, bem como auxiliar na tomada de decisões.

Nesta seção será exposta a forma pela a pesquisa foi feita, ou seja, os métodos que definiram a natureza do estudo, assim como as técnicas e procedimentos utilizados.

2.1 Método de Abordagem

O método utilizado foi o hipotético-dedutivo. A partir da identificação dos problemas, das lacunas nos conhecimentos, e da construção de um modelo teórico, foram deduzidas as conseqüências deste problema e formulada uma hipótese.

2.2 Método de procedimento

Seguindo ainda os ensinamentos de Lakatos e Marconi (2001), os métodos de procedimento são etapas mais objetivas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos, e menos abstrata.

Os métodos utilizados serão os seguintes:

*“a) **Monográfico**: partindo-se do princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes, o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições,*

grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações.

*b) **Estatístico:** [...] significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc., a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado. (LAKATOS e MARCONI 2001:108).”*

Esses dois métodos supracitados podem conseguir extrair os conhecimentos objetivados pela presente pesquisa.

2.3 Técnicas

Lakatos e Marconi (1991, p. 174) definem técnica da seguinte forma: “é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte, é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”.

Esta pesquisa monográfica desenvolveu-se com o emprego das seguintes técnicas:

2.3.1 Documentação Indireta

2.3.1.1 Pesquisa Bibliográfica

2.3.1.2 Documental

Por meio de dados de arquivos (virtuais ou físicos) disponíveis na 3ª Seção do 1º Batalhão de Polícia Militar, referentes às estatísticas criminais e ordens de serviço operacional;

2.3.2 Direta

Foi realizada a pesquisa de campo por meio de observação direta intensiva e extensiva, através de entrevistas e questionários, como forma de obtenção de elementos de análise direcionada para as hipóteses e variáveis.

2.3.2.1 Observação Direta Intensiva

A observação direta intensiva foi realizada por meio de entrevista, direcionada ao comandante da 6ª Cia. Esp. em 2003.

As entrevistas foram aplicadas diretamente pelo pesquisador, através de contato pessoal com a pessoa entrevistada. A análise das respostas dadas foi inserida no capítulo que trata sobre a análise de dados.

2.3.2.2 Observação Direta Extensiva

A observação direta extensiva foi realizada por meio de dois tipos de questionários. O primeiro, contendo quatro perguntas de múltipla escolha, foi aplicado a comerciantes e comerciários que trabalham há mais de quatro anos no Hipercentro. O segundo, contendo uma questão de enumerar e uma questão aberta, foi aplicado a policiais militares que trabalham há mais de quatro anos no Hipercentro. A análise das respostas dadas foi incluída no capítulo correspondente.

2.4 Delimitação do Universo

Segundo Lakatos e Marconi (1991), o universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características e a amostra é um subconjunto do universo ou população, por meio da qual se estabelece ou estima as características desse universo ou população.

Diante disso, o universo da pesquisa para efeitos de entrevista ficou delimitado ao Comandante da 6ª Cia. Esp. em 2003.

Para efeito dos questionários, a pesquisa foi feita por amostragem, tendo como campo de pesquisa 50 comerciantes/comerciários e 50 policiais da 6ª Companhia Especial. Todos estes citados trabalham no Hipercentro desde antes de 2003.

2.5 Amostragem

A amostra para os questionários foi selecionada de forma aleatória.

3 ANÁLISE DA SITUAÇÃO:

Para início dos estudos, analisemos a tabela a seguir:

Tabela 3.1: Criminalidade na Subárea 6 do 1º BPM – Número de Delitos Estudados

Delito / Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
FURTO CONSUMADO A TRANSEUNTE	2431	3284	4713	5205	6035	4714	3379	2721	1814
ROUBO CONSUMADO A TRANSEUNTE	617	990	1260	1356	2065	2641	2078	1379	1070
ASSALTO CONSUMADO A TRANSEUNTE	219	351	496	574	857	1169	848	492	392
TOTAL	3267	4625	6469	7135	8957	8524	6305	4592	3276
VAR.% EM RELAÇÃO ANO ANTERIOR	*	41,57	39,87	10,29	25,54	-4,83	-26,03	-27,17	-28,66

* Não há esse dado

Fonte: Seção de Estatística e Geoprocessamento do 1º BPM

A tabela acima contém dados estatísticos criminais referentes apenas à região do Hipercentro de Belo Horizonte, compilados a partir de 1998, já que só nessa época se começou a coleta de dados para um estudo aprofundado do fenômeno criminal em Minas Gerais. Além disso, os três delitos estudados não correspondem a todos aqueles que ocorrem diariamente nas ruas centrais da cidade, mas apenas aos de maior incidência (conforme será demonstrado na Seção 4) e que, por isso, causam maior preocupação à Polícia Militar.

Por isso, para facilitar o entendimento, toda vez que, neste trabalho, mencionarmos os índices criminais da região do Hipercentro, estaremos falando especificamente sobre esses três delitos acima referidos, todos crimes contra o patrimônio. Acreditamos que os dados referentes a tais delitos podem nos dar um retrato fiel da situação de segurança pública na região central e, apesar de suas limitações, eles conseguem nos mostrar perfeitamente a escalada do crime nos anos 90, que resultou na redução posterior na primeira década do novo século.

Conforme percebemos, de 1998 a 2002, a taxa de ocorrência dos três tipos examinados teve aumento ano a ano, o que já vinha ocorrendo desde o início da

década de 90. Embora não existam dados estatísticos que provem tal assertiva, baseamo-nos na experiência daqueles policiais que já defendiam a comunidade nesta época, e que assistiram ao aumento das taxas criminais com um certo sentimento de impotência. Porém, estas experiências pessoais não foram, até o momento, estudada cientificamente, sendo então apenas, como se diz popularmente, “causos de puliça”.

Tomando-se como ponto de partida o ano de 1998, os aumentos das taxas criminais nos anos subseqüentes serão comparados aos dos anos anteriores. As taxas foram, respectivamente, de 41,57% em 1999 em relação a 1998, de 39,87% em 2000 em relação a 1999, de 10,29% em 2001 em relação a 2000 e de 25,54% em 2002 em relação a 2001. Em contrapartida, ocorreu uma redução das taxas nos anos seguintes. As reduções foram, respectivamente, de 4,83% em 2003 em relação a 2002, de 26,03% em 2004 em relação a 2003, de 27,17% em 2005 em relação a 2004 e de 28,66% em 2006 em relação a 2005.

Vários fatores podem ser apontados como possíveis responsáveis por essa diminuição. No campo político, lembramos que a segurança pública era bandeira levantada por todos os candidatos nas eleições de 2002, e a redução da criminalidade passou a ser de vital importância como forma de demonstração da capacidade política do candidato eleito. Em 2003, houve a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva a Presidente da República, o que causou um certo sentimento de euforia e esperança na população brasileira por ter sido, pela primeira vez na história, eleito um político “vindo do povo”. Da mesma forma, ascendeu ao Governo do Estado de Minas Gerais o político Aécio Neves, cujo governo tem como principal

característica declarada a de total preocupação com a eficiência da administração pública e, através de um “choque de gestão”, a melhoria de todo e qualquer indicador de competência.

No campo da Instituição Policial Militar Mineira, a ascensão de três comandantes afetou a forma de se lidar com o fenômeno criminal no Hipercentro da cidade. Foram eles: o Coronel Renato Vieira de Souza, que ascendeu ao Comando de Policiamento da Capital (CPC, responsável pelas ações policiais militares em toda BH), o Tenente-Coronel Itamar de Oliveira Pacheco Filho ao Primeiro Batalhão de Polícia Militar (1º BPM, responsável pelas ações policiais militares em toda região central de Belo Horizonte, delimitada pela Avenida do Contorno), e o Major Aroldo Pinheiro de Araújo à Sexta Companhia de Polícia Especial (6ª Cia. Esp. responsável pelas ações policiais militares na região estudada, o Hipercentro da capital). Estes comandantes têm em comum uma visão mais científica do crime, e lidaram com este problema segundo esta ótica. Como são comandantes de regiões concêntricas, a mesma ótica para combate de criminalidade fez estes três comandantes terem uma maior facilidade para traçarem estratégias de forma conjunta, além de uma fidelidade e boa vontade no cumprimento de ordens dos postos hierárquicos acima.

Todavia, não podemos deixar de lembrar que, embora os comandantes anteriores a eles também tenham tido enorme participação na redução dos índices criminais, essa monografia não tem alcance suficiente para trabalhar a atuação de cada um deles. Dentre esses, temos os Comandantes do 1º BPM, na época o Tenente-Coronel Gilberto Cabral e o Major Wilson Gomes, que foram os construtores do alicerce para os projetos de redução da criminalidade no Hipercentro. A elaboração

do projeto “Olho Vivo” é tema da monografia de autoria do primeiro comandante citado¹, e traça o perfil do criminoso da área central. Esse é um dos exemplos de vital importância para os bons resultados posteriores. Esta monografia será debatida posteriormente neste trabalho.

Além da atuação da Polícia Militar, cabe aqui também destacar as várias ações da Prefeitura de Belo Horizonte que, através do Projeto “Centro Vivo”, revitalizou o centro da cidade com reformas e ações de preservação da ordem no ambiente. O Código de Posturas Municipal e várias outras estratégias que tiveram o objetivo de organizar o espaço urbano central também foram ferramentas muito úteis para contenção da criminalidade.

¹ COSTA, Gilberto Cabral (2003)

4 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE A CRIMINALIDADE DO HIPERCENTRO: COMPREENSÃO SOCIOLÓGICA DO AMBIENTE PROPÍCIO AO CRIME

4.1 O início do Esforço Científico para o Entendimento do Crime:

“O criminoso é uma pessoa que não evoluiu como o conjunto da espécie humana. (...) Seria violento, agressivo e, principalmente, amoral. A possibilidade do crime estaria sempre presente para essa pessoa, que o cometeria na primeira oportunidade que tivesse. Diante dessa realidade, Lombroso cunhou o conceito de criminoso nato. A pessoa que, pela suas características biológicas, já nasce criminosa.” (Cesare Lombroso Apud Magalhães, 2000, p.1)

Cesare Lombroso (1835-1909), pioneiro entre os estudiosos do crime, estava equivocado, segundo muitos analistas de sua obra. Sua teorização sobre o criminoso utilizava apenas argumentos biológicos. Para ele, o criminoso nascia dessa forma, e estava “programado pela natureza” a se tornar um autor de delitos. E a única solução para esses indivíduos seria o encarceramento ou o extermínio, pois nada se poderia fazer contra a natureza comportamental destes indivíduos.

Hoje, nos mais áureos tempos dos estudos genéticos, se a realidade cunhada por Lombroso fosse verossímil, estaríamos a um passo da criação de uma sociedade sem delitos. Caso o crime fosse um fator biológico, genético como Lombroso acreditava, bastaria algumas experiências de manipulação cromossômica para que criássemos indivíduos que nunca delinquiriam. Se Lombroso estivesse certo, estaríamos a um passo da extirpação total do crime no comportamento humano.

Mas, infelizmente, Lombroso estava equivocado. Seu pensamento, típico do nível de desenvolvimento da ciência no século XIX, acabou sendo desmentido por um outro grande estudioso do mesmo século. Para Durkheim, o crime era entendido como um fenômeno social “normal” e necessário. Não era relacionado à constituição biológica do infrator, mas à sociedade na qual estava incluído. O crime era parte da natureza humana e justamente por causa disso, existiu em todas as sociedades, em todas as épocas da história mundial. Não há de se especular uma sociedade sem crime, pois cada sociedade elabora sua própria “relação de condutas criminosas”. O que pode existir é uma sociedade com mais crimes ou menos crimes, de acordo com os motivadores existentes para o cometimento ou não de delito por parte do criminoso.

“O crime não se observa só na maior parte das sociedades desta ou daquela espécie, mas em todas as sociedades de todos os tipos. Não há nenhuma que não há criminalidade. Muda de forma, os atos assim qualificados não são os mesmos em todo o lado; mas sempre e em toda a parte existiram homens que se conduziam de modo a incorrer na repressão penal” (Durkheim, 1960, p. 60).

Algumas sociedades têm, por exemplo, o canibalismo como ritual religioso, ou cultural. A maioria das sociedades atuais ocidentais têm essa prática como algo, no mínimo, desumano. Mas, se praticar canibalismo é um crime ou não, primeiramente devemos avaliar em qual sociedade isso ocorre.

Enquanto Lombroso pode ser citado como pioneiro no estudo do criminoso, Durkheim pode ser entendido como o pioneiro do estudo do crime por uma ótica sociológica. Foi através do trabalho de Durkheim que as teorias mais avançadas de

entendimento do crime puderam florescer, no século seguinte. Tais teorias podem nos ajudar a compreender a criminalidade como fenômeno no Hipercentro de Belo Horizonte. E o mais importante a ser esclarecido é que, apesar de o crime existir em todas as sociedades, existem aquelas que são mais propensas a que ele ocorra por causa de suas características. E para reduzir estes delitos, se deve sanar estas características. Na seqüência deste capítulo, vamos explanar algumas teorias sociológicas do crime, e como serviriam para explicar a realidade vivida pelos freqüentadores da região central da capital mineira.

4.2 Merton e a Teoria da Anomia

As sociedades capitalistas valorizam exageradamente o sucesso individual. Por sua ênfase no capital, o poder econômico se torna o mais importante para um indivíduo que convive nesse meio. A quantidade de dinheiro que se acumula, juntamente com o valor dos bens que se possui, diferenciam as pessoas. Para se obter sucesso pessoal, é necessário possuir. Desta forma, sociedades que supervalorizam o acúmulo de capital e de renda, também tendem a dar pouca ênfase aos limites desta “caça ao tesouro”. Tais sociedades valorizam mais os fins do que os meios e, desta forma, encorajam as pessoas que buscam o sucesso a usar, às vezes, de meios desviantes e ardis ilegais para atingir seus objetivos.

Merton (1938), estudioso da sociedade norte-americana e do *American dream* (expressão utilizada para descrever a possibilidade de que qualquer cidadão norte-americano possa atingir sucesso econômico, valorizando assim o caráter democrático da sociedade norte-americana), explicou que:

“(...) o American Dream enfatiza exageradamente a meta do sucesso monetário, minimizando ao mesmo tempo a importância da utilização de meios legítimos para alcançar estes fins econômicos. Essa combinação de fortes pressões por sucesso monetário e fracos limites à seleção dos meios alimenta um clima cultural que encoraja as pessoas a perseguir seus fins através dos meios tecnicamente mais convenientes, sem atenção às limitações normativas.” (MERTON Apud MESSNER & ROSENFELD, 1996, p. 1)

Também de caráter capitalista, a sociedade brasileira apresenta tendências anômicas que estimulam o crime. Semelhante à norte-americana, os benefícios do enriquecimento são apresentados à população, através da mídia, o tempo todo. O glamour dos afortunados é tema de revistas e programas de TV. Já os malefícios obtidos por aqueles que atentam contra a lei nem sempre são mostrados. E, quando isso ocorre, são geralmente apresentados como casos raros em uma nação vítima da impunidade. Nas grandes cidades, as diferenças sociais costumam ser maiores e, assim, acabam encorajando um maior número de delinqüentes a adotarem atitudes desviantes. Nas regiões centrais, onde o fluxo de pessoas é intenso, representantes de vários níveis sociais se deparam. Diferente das periferias, onde apenas aqueles excluídos pelo sistema convivem entre si, o centro é um local de encontro para todos os segmentos sociais. Por causa dessa peculiaridade, nada mais oportuno e cômodo para aqueles que possuem o impulso delitivo que cometam seus crimes em um ambiente propício. O Hipercentro, por ter esse caráter plural de encontro de classes sociais, é escolhido por isso, além de outras razões que veremos a seguir.

4.3 Teoria das Oportunidades

James Wilson e Richard J. Herrnstein² perceberam que a maioria das teorias criminais que utilizavam como motivos do crime os problemas econômicos da sociedade, como recessões e taxas de desemprego altas, não levavam em conta que o crime também poderia ser causado pelo oposto disso (ou seja, a prosperidade).

Por causa desse tipo de análise, estes autores supracitados acreditam que tais teorias que tentavam explicar o comportamento criminoso estariam incompletas. Estas teorias seriam apenas casos especiais de uma teoria mais completa, mais geral. Entendendo a teoria como uma afirmação testável das relações entre duas ou mais variáveis (o que não se percebe nas teorias citadas no primeiro parágrafo deste item), os autores elaboram uma teoria que pudesse abranger os motivos dos crimes, independente dos fatores sociais do ambiente pesquisado.

A teoria defendida por eles e por outros autores – conhecida por Teoria das Oportunidades, ou Teoria da Escolha Racional, ou ainda Teoria do Crime como Escolha – versa sobre a escolha da pessoa em cometer o crime ou não. Esta escolha se daria através da análise de quais conseqüências são preferíveis ao autor, as de fazer ou as de não fazer o delito. O pensamento do criminoso em potencial se daria da seguinte forma:

“Em um dado momento, alguém pode escolher entre cometer um crime e não fazê-lo (...). As conseqüências de se cometer um crime consistem em recompensas (...) e em punições; as

² WILSON, James & HERRNSTEIN, Richard J., 1996

conseqüências de se não cometer um crime (...) também implicam em perdas e ganhos. Quanto maior a proporção das recompensas líquidas do crime em relação às recompensas líquidas do não-crime, maior a tendência de se cometer o crime". (Wilson & Herrnstein 1996, p. 3).

Na região do Hipercentro, podem ser identificados fatores que atuavam e atuam como recompensas e punições para o cometimento do crime. A análise dos dados estatísticos mostra em que época ocorria o maior número de recompensas do que de punições, e quando este quadro foi alterado.

Todavia, ao serem analisadas monografias e estudos sobre a criminalidade no Hipercentro mais antigas (Cf. COSTA 2003), além da própria experiência pessoal do pesquisador, o número de recompensas até o início da redução estatística dos delitos (ano de 2003) era maior que o de punições. Como recompensas podemos citar, além do ganho financeiro e patrimonial do agente, a facilidade de fuga e ocultação, devido à desorganização social (vide o próximo item) e a impunidade, mesmo quando o autor do delito era preso ao cometer o delito. Os benefícios do crime superavam os malefícios da possibilidade de punição, e este fenômeno já havia sido exposto por Beato (2003).

4.4 Teoria da Desorganização Social

Várias teorias que visam explicar o crime levam como fator motivador o ambiente em que ocorrem. O exemplo clássico dessas teorias é o modelo apontado por Shaw e Mackay (Apud BRODEUR, 2002) que aponta a desorganização social como motivo da prática de delitos.

Em bairros ou regiões desorganizadas socialmente, os criminosos se sentem encorajados a cometerem crimes. Shaw e Mackay, dois pesquisadores norte-americanos perceberam, entre 1920 e 1930, que o controle social formal, feito pelos órgãos policiais e governamentais, não era o mais importante na prevenção de crimes nos bairros. Por outro lado, o controle social informal, ditado pela própria sociedade que lá habitava, era o principal motivo para o cometimento ou não do delito.

“Para Shaw e Mackay, uma sociedade organizada seria aquela na qual a dinâmica do controle social informal prevalecesse, onde os moradores procurassem regular os comportamentos e atitudes uns para com os outros, através da alocação de sentimentos positivos, aprovações e estima.” (COSTA, 2003, p.16)

Uma sociedade organizada, com valores comunitários, religiosos e familiares não é um bom campo para a prática de delitos. A repressão social, mais forte que a legal, afeta diretamente a vida do autor. Isto explica porque, de acordo com algumas outras pesquisas, se comprovou que apenas na minoria dos casos, o autor comete delito em seu próprio local de residência.

Em contrapartida, segundo a mesma base teórica, uma sociedade carente de valores, com desigualdades sócio-econômicas e estruturas sociais desorganizadas, seria mais propícia para a proliferação da violência. O Hipercentro da cidade de Belo Horizonte, nosso objeto de estudo, era em 1997, um ótimo exemplo deste tipo de sociedade. E para conseguir reduzir a criminalidade neste contexto, seria necessário não só o combate ao crime, mas a reestruturação da sociedade local.

Esta teoria, facilmente testável e amplamente aceita, foi base para várias outras pesquisas, que estabeleceram novas teorias para a criminalidade. A mais importante delas foi a “Teoria das Janelas Quebradas”, traçada aproximadamente 60 anos depois, e que, ao ser aplicada em Nova York, apresentou bons resultados.

4.5 Teoria das Janelas Quebradas

No início dos anos 80, dois cientistas americanos, James Q. Wilson e George Kelling, publicaram um estudo em que se estabelecia uma relação de causalidade entre desordem e criminalidade. Seu título era *The Police and Neighbourhood Safety (A Polícia e a Segurança da Comunidade)*, e os autores usaram o exemplo das janelas quebradas para explicar como a desorganização social e a criminalidade se infiltravam numa comunidade aos poucos, causando a sua decadência e, conseqüentemente, a queda da qualidade de vida.

Neste estudo, os autores teorizaram que, se uma janela de uma fábrica ou de um escritório fosse quebrada e não fosse consertada o mais rápido possível, os transeuntes daquela localidade concluiriam que ninguém se importava com isso e que lá não havia autoridade responsável pela manutenção da ordem. Logo em seguida, algumas pessoas começariam a atirar pedras para quebrar as demais janelas, até que todas estivessem quebradas. Assim, os demais transeuntes concluiriam que ninguém seria responsável por aquele prédio e tampouco pela rua em que se localizava o prédio. Iniciava-se, assim, a decadência da própria rua e daquela comunidade. Devido à precariedade desta rua, apenas os ociosos, descuidados, ou criminosos, se sentiriam à vontade para ter algum negócio ou morar nesta rua decadente. O que viria a seguir seria o abandono desta rua pelas pessoas

de bem, deixando o bairro à mercê dos desordeiros. Pequenas desordens levariam a grandes desordens e, futuramente, ao crime.

Outro exemplo forjado por Kelling e Wilson: uma comunidade tranqüila, na qual as famílias cuidavam de suas residências, tomavam conta de suas crianças e das dos outros e suspeitavam de estranhos, poderia se tornar, em um curto espaço de tempo, em um local deplorável. Uma casa fica abandonada. O mato cresce ao seu redor. Uma janela é quebrada. Adultos deixam de coibir as atitudes desordeiras das crianças e adolescentes. Estas, incentivadas, se tornam ainda mais desordeiras. Então, famílias mudam-se daquela comunidade e adultos sem família mudam-se para lá. Adolescentes desordeiros se reúnem na frente da padaria e o proprietário pede que se retirem. Eles recusam e ocorrem brigas. O lixo se acumula nas calçadas. Bêbados se embriagam em frente aos bares. Um deles se deita na calçada e lá permanece. A desordem se estabelece, preparando o local para a ascensão e domínio da criminalidade.

Por causa das janelas quebradas, o estudo ficou conhecido como *broken windows*, e lançou um dos princípios básicos da moderna política criminal americana. No início da década de noventa, foi implantada com grande sucesso em Nova Iorque, onde ficou conhecida pela alcunha de “tolerância zero”. Seu principal dogma é combater cada pequena desordem na comunidade, para que ela não se torne grande.

Interessante que esses exemplos citados se encaixam perfeitamente na realidade do Hipercentro da cidade. Da mesma forma, o Hipercentro passou por um processo lento e gradual de decadência urbana, até se tornar um local dominado pela criminalidade. O Hipercentro em 1998 era um local altamente degradado, com ruas,

passeios, praças e monumentos destruídos. Bêbados de dia e de noite causando confusões e brigas. Camelôs invadindo as calçadas e vendendo mercadorias contrabandeadas³. Todos os tipos de estelionatários vitimizando pessoas ingênuas, através de diversos golpes, como o “Conto do Achadinho”, “Golpe da Aliança”, “Golpe do Bilhete Premiado”, “Jogo de Tampinhas” etc. Pequenos ladrões furtando e roubando correntes de ouro, relógios e telefones celulares. Tráfico de drogas em bares e esquinas. Hotéis de alta rotatividade utilizados para prostituição em larga escala, assim como esconderijo para ladrões e usuários de drogas. E um sentimento de impunidade por parte das vítimas, dos policiais e dos agentes, posto que o grande número de ocorrências não permitia que se ratificasse, na delegacia de Polícia Civil, todas as prisões em flagrante. Muitas vezes, o criminoso saía da delegacia, em liberdade, primeiro que a vítima e o policial. Visivelmente, para qualquer transeunte, não havia uma organização social naquele ambiente e as autoridades públicas não possuíam qualquer poder. Com certeza esse era um dos motivos que levaram ao aumento da criminalidade, e que foram combatidos mais fortemente a partir de 2003.

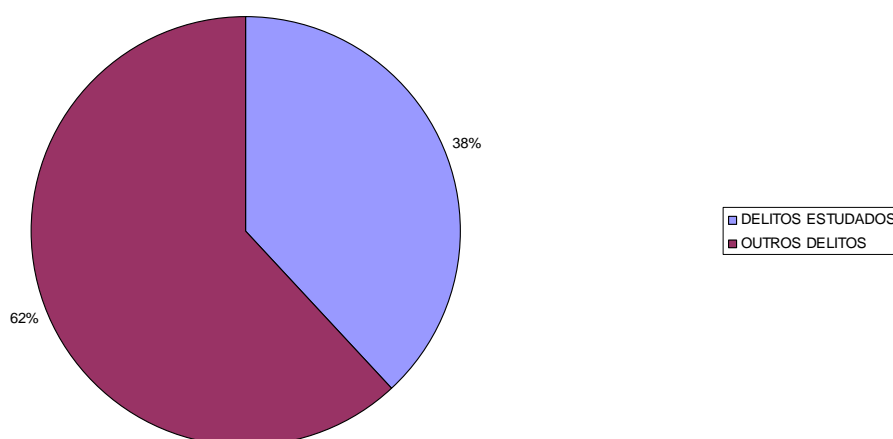
³ Na verdade, o nome correto para esse crime é ‘descaminho’, e não ‘contrabando’. O descaminho é a entrada ilegal de produtos permitidos no país. No contrabando, os produtos não são permitidos, como armas e drogas.

5 Dados Estatísticos do Hipercentro no Período de 1998-2006

Nesta seção, analisaremos os dados estatísticos criminais relativos aos anos de 1998 a 2006, na subárea 6 do 1º BPM. Todos os gráficos desta seção foram criados utilizando-se os dados fornecidos pela Seção de Estatística e Geoprocessamento do 1º BPM. Como mencionado anteriormente, os dados a serem utilizados serão referentes aos delitos codificados⁴ por C02002 (furto a transeunte consumado), C05027 (roubo a transeunte consumado) e C09027 (assalto a consumado transeunte). Mas por que utilizar apenas esses delitos? Veja o gráfico a seguir:

GRÁFICO 5.1

Criminalidade no Hipercentro no ano de 1998



Este gráfico nos apresenta como a criminalidade no Hipercentro ocorreu no ano de 1998. Apesar de existirem cerca de 106 tipos diferentes de delitos tipificados na

⁴ Segundo a DIAO 01/94, obra que normatizava as condutas policiais e codificava as atuações de polícia.

DIAO 01/94 nos quatro grupos estudados, a soma dos três crimes estudados no ano de 1998 correspondiam com 38% de todas as ocorrências policiais relacionadas com crimes (grupos B00.000, C00.000, D00.000 e M00.000⁵).

Vale ressaltar que os grupos A00.000 (ações de polícia comunitária), T00.000 (diversas de polícia), Y00.000 (operações, solicitações e comunicações diversas), e W00.000 (procedimentos administrativos) não foram estudados porque, apesar de serem numerados e controlados pela PMMG, não são relativos a crimes. Os grupos E00.000 (crimes contra a incolumidade pública) e N00.000 (crimes contra a administração pública) não foram estudados porque geralmente se caracterizam como contravenções penais, e não crimes propriamente ditos. São de menor potencial ofensivo e se amoldam à lei 9.099/95, não cabendo nem a prisão de seus autores. Os demais grupos citados na DIAO não dizem respeito a criminalidade em ambiente urbano, por isso também não foram constadas. Estes grupos (F00.000, G00.000, H00.000, I00.000, K00.000, L00.000, O00.000, P00.000, R00.000, e S00.000) se encarregam de detalhar ocorrências de polícia de trânsito urbano e rodoviário, de meio ambiente ou do Corpo de Bombeiros, não sendo relacionados de modo concreto aos crimes cometidos no Hipercentro.

Da mesma forma, pode-se observar a evolução destes delitos conforme gráficos a seguir:

⁵ Segundo a mesma DIAO, crimes contra a pessoa, o patrimônio, os costumes e de tóxicos.

GRÁFICO 5.2

Criminalidade no Hipercentro no ano de 1999

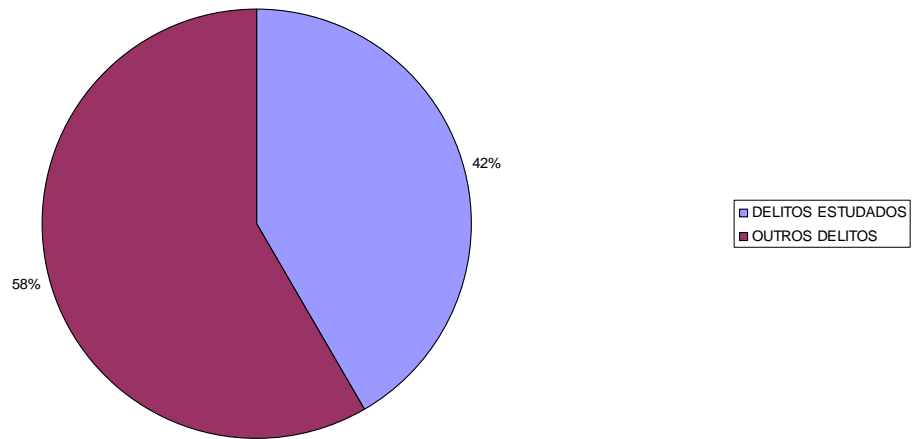


GRÁFICO 5.3

Criminalidade no Hipercentro no ano de 2000

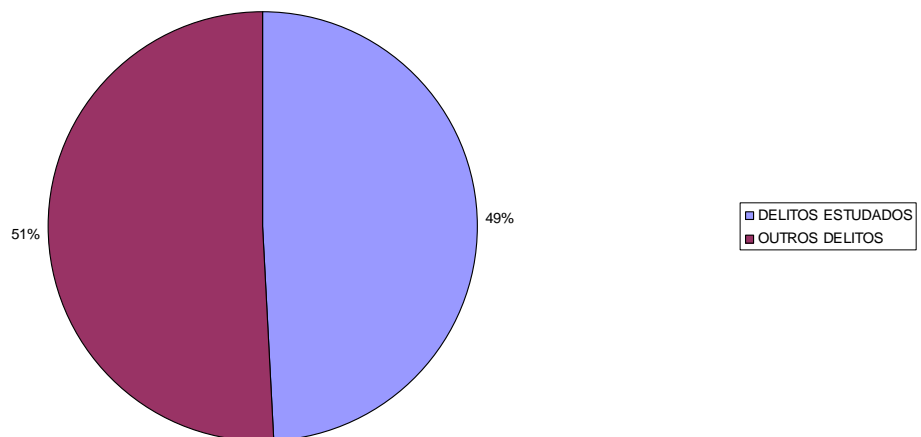


GRÁFICO 5.4

Criminalidade no Hipercentro no ano de 2001

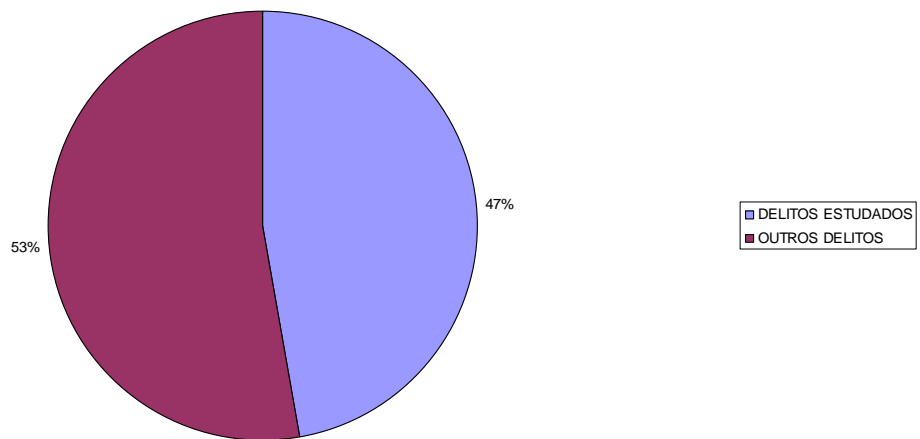
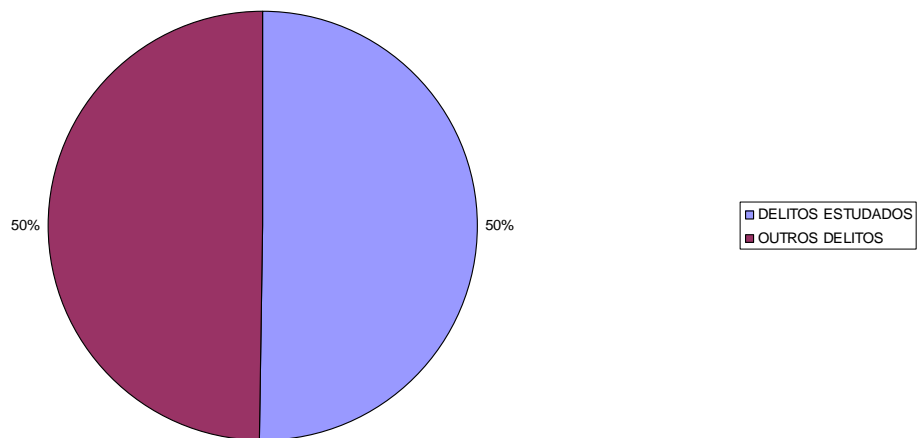


GRÁFICO 5.5

Criminalidade no Hipercentro no ano de 2002



Conforme pode se perceber nestes gráficos, a incidência destes três delitos no Hipercentro correspondia a grande parte das ocorrências de crime geradas pela

PMMG. Até o ano de 2002, a média dos delitos estudados, em relação a todos que ocorriam, era de 45,2%. Tal realidade, que as estatísticas apresentavam ao 1º BPM, era alarmante. No ano de 2002, de cada dois crimes que ocorriam no Hipercentro, um era de um tipo dos delitos estudados.

Como vimos na Tabela 2.1, da Seção 2, Análise da Situação, as taxas criminais na época de 1998-2002 cresciam fortemente, e medidas para tentar frear este aumento deveriam ser tomadas. Mas, principalmente, era necessário que essas medidas combatessem justamente o “calcanhar de Aquiles” da subárea 6, que eram os três delitos da pesquisa. Se na mesma tabela citada, fossem colocados os demais delitos (como já definido anteriormente, dos grupos estudados), teríamos o seguinte dado:

Tabela 5.1 Criminalidade na Subárea 6 do 1º BPM – Número de Delitos Totais

Delito / Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
FURTO CONSUMADO A TRANSEUNTE	2431	3284	4713	5205	6035	4714	3379	2721	1814
ROUBO CONSUMADO A TRANSEUNTE	617	990	1260	1356	2065	2641	2078	1379	1070
ASSALTO CONSUMADO A TRANSEUNTE	219	351	496	574	857	1169	848	492	392
OUTROS CRIMES	5322	6496	6716	7946	8896	9224	8198	8190	8802
TOTAL	8589	11121	13185	15081	17853	17748	14503	12782	12078
VAR.% EM RELAÇÃO ANO ANTERIOR	*	29,48	18,56	14,38	18,38	-0,59	-18,28	-11,87	-5,51

* Não há esse dado

Fonte: Seção de Estatística e Geoprocessamento do 1º BPM

Remetendo ainda à tabela 2.1, assim como a 5.1, pode-se perceber que, a partir de 2003, o número de ocorrências começa a diminuir. Isso se deve principalmente às estratégias adotadas contra os delitos objetos da pesquisa. Essas estratégias, direcionadas que foram a esses delitos, não diminuíram apenas os índices criminais na área do 1º BPM, mas também a proporção destes delitos em relação aos demais. Como visto anteriormente, em média 45,2% dos delitos ocorridos de 1998 a 2002 era dos tipos furto a transeunte consumado, roubo a transeunte consumado e assalto a

transeunte consumado. Já nos anos seguintes, essa proporção começou a alterar radicalmente:

GRÁFICO 5.6

Criminalidade no Hipercentro no ano de 2003

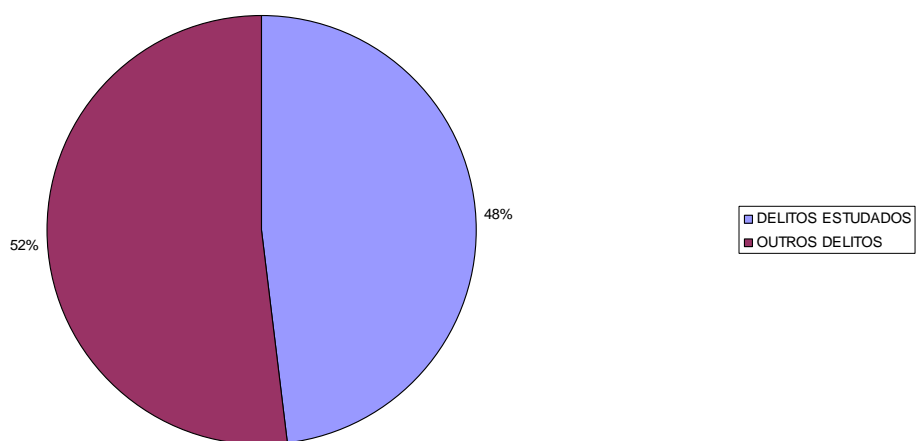


GRÁFICO 5.7

Criminalidade no Hipercentro no ano de 2004

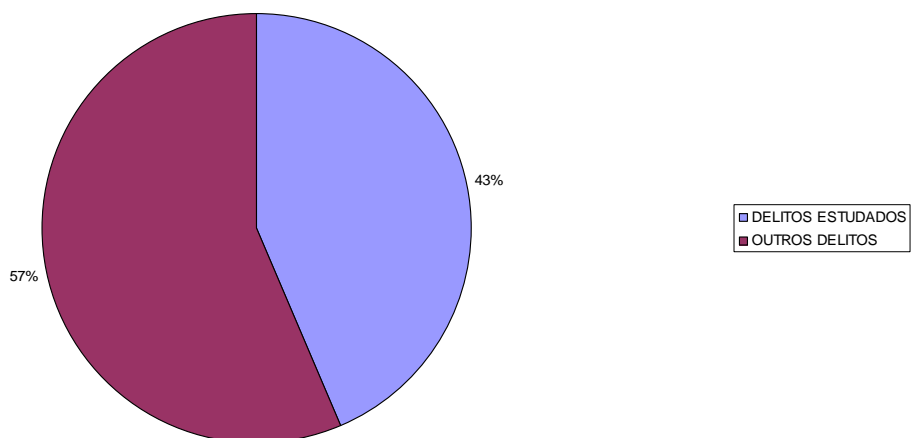


GRÁFICO 5.8

Criminalidade no Hipercentro no ano de 2005

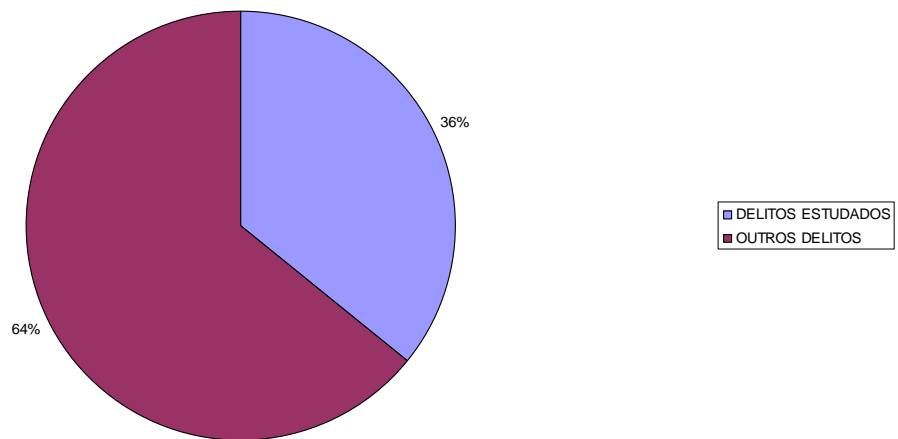
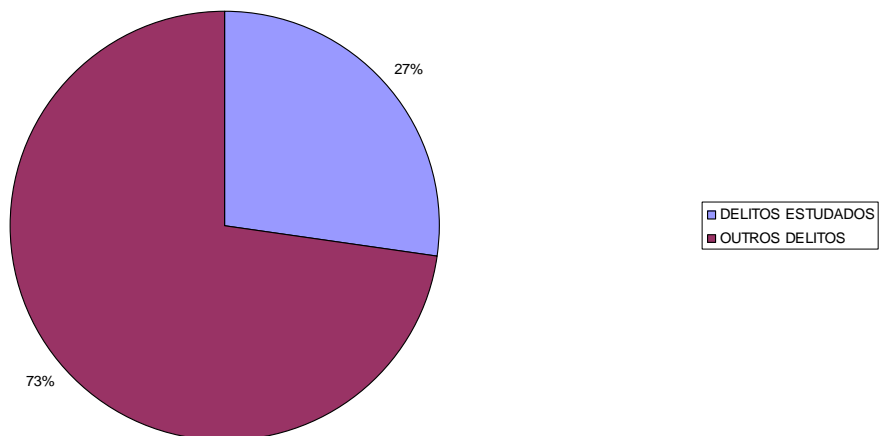


GRÁFICO 5.9

Criminalidade no Hipercentro no ano de 2006



A partir de 2003, estes delitos estudados foram combatidos com novas estratégias policiais, que apresentaram resultados animadores. No ano de 2006, a proporção

destes delitos em relação aos demais, que em 2002 era de 50%, caiu para impressionantes 27%. Além disso, o combate sistemático a esses delitos pode ser constatado quando analisada a variação dos valores da linha “outros crimes” da tabela 5.1. Os números absolutos dos demais delitos pouco mudam, e há inclusive no ano de 2006 o aumento destes demais delitos mesmo quando, de forma geral, a estatística dos delitos diminui. Isso demonstra claramente que eram estes delitos específicos que foram combatidos, e que causaram a redução estatística criminal.

Outra interessante comparação que pode ser feita entre as tabelas 2.1 e 5.1 é em relação à variação percentual em relação ao ano anterior. A diminuição de índices criminais nos anos de 2003 a 2006, da tabela 2.1, que versa exclusivamente sobre os três delitos estudados, são maiores que da tabela 5.1, que se ocupa de todos os delitos. Logo, pode-se concluir que os índices de redução da criminalidade dos três crimes foi maior do que dos crimes de forma geral.

Para uma melhor visualização destes dados, serão tratados agora, de forma isolada, cada um dos delitos.

5.1 Furto Consumado a Transeunte

O Furto Consumado a Transeunte, codificado como C02002 na DIAO 01/94, é um crime tipificado no artigo 155 do Código Penal Brasileiro, de 1940:

“Art. 155. Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

(...)§ 4º A pena é de reclusão, de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

(...) II – com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.” (BRASIL, 1940)

Especificamente o furto que ocorre no Hipercentro pode ser conhecido também por “trombada” (daí advém o termo “trombadinha”, para pequenos ladrões), e Delmanto o definiu assim:

“Trombada: É assim chamada a batida, ou choque, que o ladrão dá no transeunte das grandes cidades, para furtar. A melhor classificação é considerá-la furto qualificado pelo arrebatamento, ou destreza, se a trombada só serviu para desviar a atenção das vítimas; ou como roubo, se houve agressão ou vias de fato contra o ofendido” (DELMANTO, 2002, p.340).

No Hipercentro de Belo Horizonte, ocorre também o arrebatamento, como ensina o mesmo doutrinador:

“Arrebatamento: Em caso de subtração de jóia portada pela vítima, resultando lesão leve no pescoço ou no braço desta, classifica-se no art. 155 se a vítima foi atingida apenas por repercussão, pois a violência foi só contra a coisa, ou se enquadra no art. 157, se o agente também quis atingir a vítima” (DELMANTO, 2002, p.340).

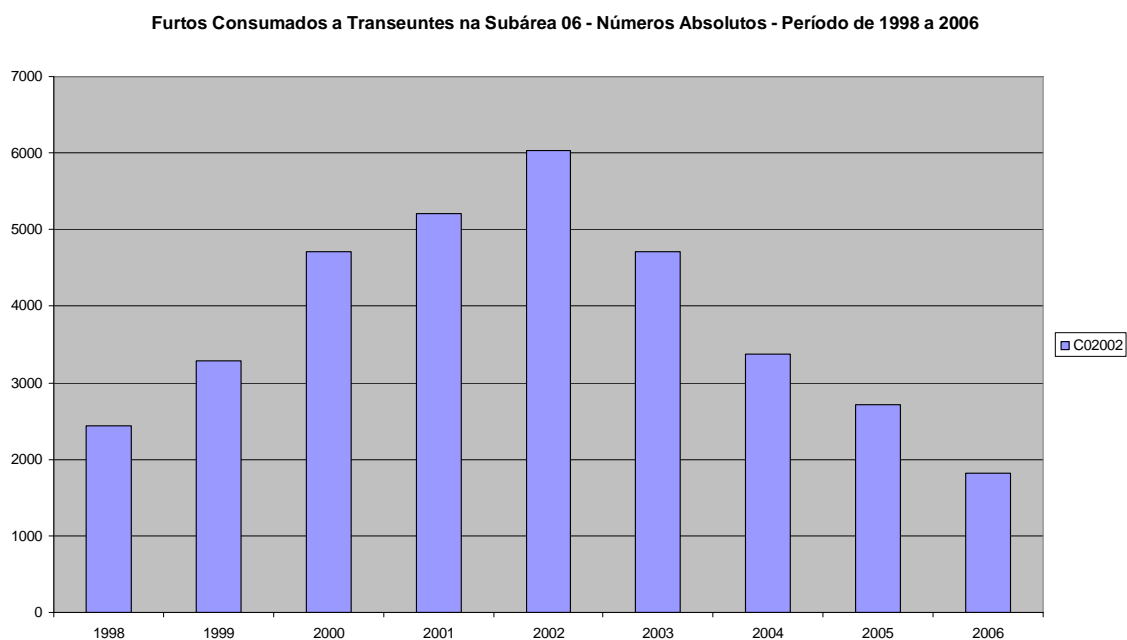
Através dessas duas definições, percebe-se quão tênue é a linha divisória dos delitos de furto a transeunte e roubo a transeunte. O mesmo *modus operandi* pode causar delitos distintos, dependendo do estado da vítima após o crime.

Por fim, que seja verificado o conceito de “consumação”. O crime consumado é aquele que se sucede, e os objetivos do autor são atingidos. No caso dos três delitos

estudados, todos crimes contra o patrimônio, Delmanto (2002) explica que, para sua consumação, é necessário que haja a retirada da coisa, da esfera de disponibilidade da vítima. Esta coisa fica em poder “tranqüilo” (ou seja, não é ameaçado de perda) do agente, e este deve ter a possibilidade real de dispor dela, fisicamente (como vendê-la ou utilizá-la). Nas seções seguintes (roubo consumado a transeunte e assalto consumado a transeunte) este conceito não será repetido, por se tratar exatamente da mesma definição.

A variação dos furtos a transeuntes consumados na subárea 6 em números absolutos no período estudado foi da seguinte forma:

GRÁFICO 5.10



Conforme se pode perceber, entre os anos de 1998 a 2003, ocorreu um gradual aumento desta criminalidade. Porém, a partir de 2003, ocorreu uma diminuição

destes delitos, diminuição esta menos branda e gradual do que o aumento dos anos anteriores. Em 2006, o número de ocorrências deste crime era menor que em 1998.

5.2 Roubo Consumado a Transeunte

O Roubo Consumado a Transeunte, codificado como C05027 na DIAO 01/94, é um crime tipificado no artigo 157 do Código Penal Brasileiro, de 1940:

“Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.”

Da mesma forma que o delito anteriormente estudado, um dos possíveis *modus operandi* deste crime é a trombada, e novamente é debatida por Delmanto:

“Trombada”: Convencionou-se designar por essa palavra o choque ou batida que o ladrão dá no pedestre, para conseguir subtrair-lhe dinheiro, jóia ou objeto. (...) se a trombada consiste em agressão ou vias de fato no ofendido, ela pode ser enquadrada no crime de roubo deste artigo 157” (DELMANTO, 2002, p.350).

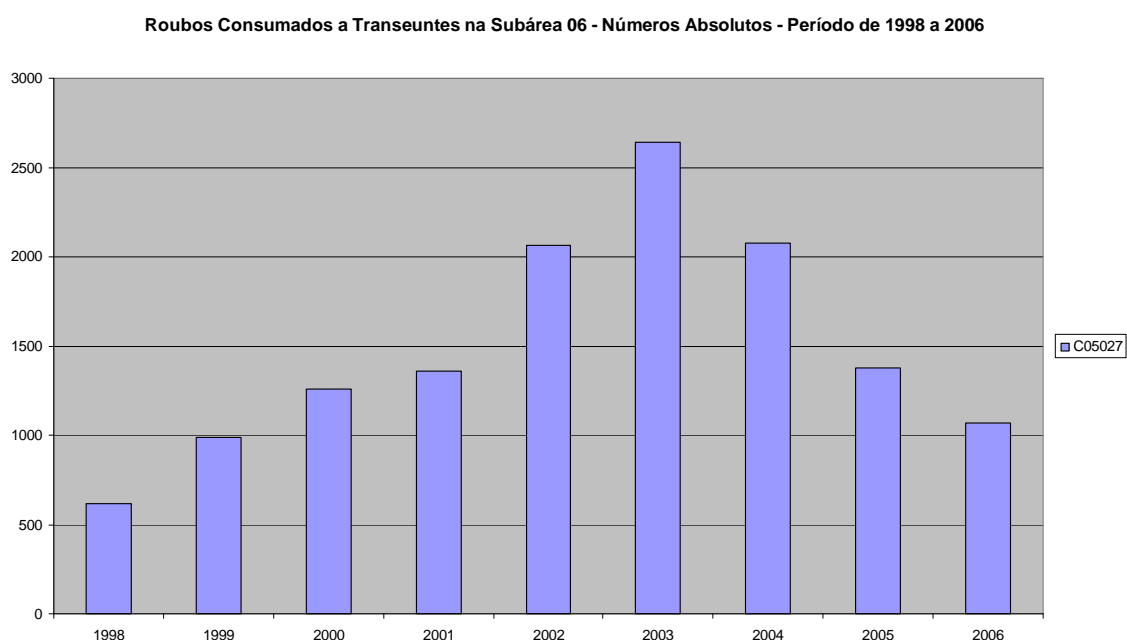
Nesta mesma obra, o autor destaca as seguintes ações, ou *modus operandi*, para diferenciar o roubo a transeunte do furto a transeunte:

“Se o agente segura e imobiliza a vítima por trás, ainda que rapidamente e sem causar-lhe lesão, há roubo pelas vias de

fato (...). O empurrão, com o propósito de desequilibrar a vítima ou tolher seus movimentos, configura a violência caracterizadora do roubo (...) Vias de fato, imobilização, trombada” e ‘gravata’ em princípio caracterizam roubo (...) Simples esbarrão ou toque no corpo não configura roubo” (DELMANTO, 2002, p.350).

A variação dos roubos a transeuntes consumados na subárea 06 em números absolutos no período estudado se deu da seguinte forma

GRÁFICO 5.11



De acordo com os dados, a redução deste delito, que é diferente do furto, só começou a aparecer no ano de 2004. Isto demonstra como o impacto do pequeno crime pode afetar o grande crime (como nos sugere a teoria das Janelas Quebradas, estudada na seção anterior). Apesar do atraso de um ano, a redução deste delito também ocorreu, após a redução de um delito mais simples (neste caso, o furto). Já

em 2006, os índices estatísticos estavam melhores do que no ano de 2000, o que é um resultado bastante positivo.

5.3 Assalto Consumado a Transeunte

O Assalto Consumado a Transeunte, codificado como C09027 na DIAO 01/94, é um crime tipificado no artigo 157 do Código Penal Brasileiro, de 1940, em seu § 2, Inc I:

“Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

(...)§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;”

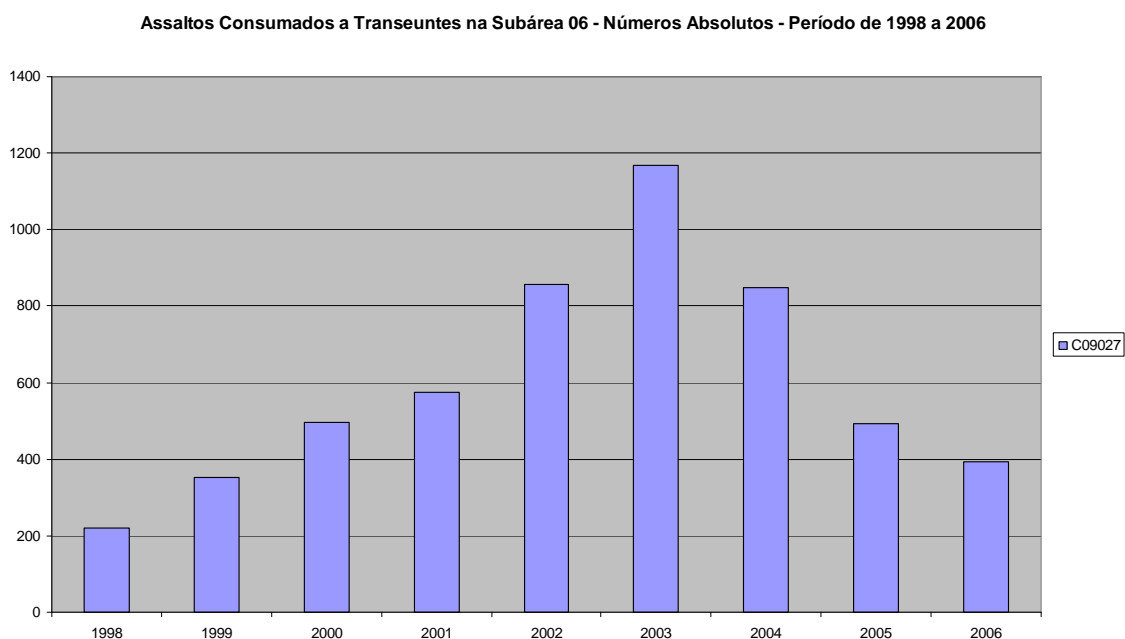
Sua diferença básica em relação ao roubo consumado a transeunte é o uso de arma, branca ou de fogo, em sua execução. Para Delmanto, arma de brinquedo ou arma imprópria para o disparo (no caso, com algum defeito ou sem munição) caracteriza o roubo, por caracterizar uma grave ameaça à vítima, mas não o assalto, pois não é uma arma real. Portanto, apenas uma arma de fogo real, com condições de disparo, poderia caracterizar este delito para o autor, apesar de este reconhecer que as doutrinas e jurisprudências deste tema não são unânimes. Além disso, o autor discute que outros tipos de arma que qualificariam o assalto, citando doutrinas e jurisprudências também não unânimes nesse tema:

“A arma deve ser real, não bastando, como tal, chave de fenda, pedaço de pau, corda ou arame, mas só objeto que tipifique arma em face da LCP [Lei de Contravenções Penais]. Facão é

considerado arma, pois é apto a causar dano físico (...), assim como faca (...) ou o canivete (...). Também considera-se arma imprópria gargalo de garrafa quebrada (...) (DELMANTO, 2002, p.354).

A variação dos assaltos a transeuntes consumados na subárea 06 em números absolutos no período estudado foi da seguinte forma:

GRÁFICO 5.12



Conforme os dados acima, a tendência do assalto foi semelhante à do roubo, qual seja, sua diminuição estatística começou a ocorrer a partir de 2004. Da mesma forma, tal fenômeno provavelmente foi reflexo do combate sistemático aos furtos, crime menos grave, mas que causa impactos nos mais graves por consequência, conforme Teoria das Janelas Quebradas. Em 2006, os números deste delito eram menores do que os registrados nos anos de 2000, exatamente como o roubo consumado a transeunte.

6 Estratégias de Redução de Crime

6.1 Utilização sistêmica do geoprocessamento.

O geoprocessamento, por definição, é o:

“Conjunto de técnicas computacionais relacionadas com a coleta, o armazenamento e o tratamento de informações espaciais ou georreferenciadas, para serem utilizadas em sistemas específicos a cada aplicação que, de alguma forma, utilize espaço físico geográfico” (PMMG, 2003, p 27).

Estas técnicas hoje são pilares das políticas de redução da criminalidade da Polícia Militar. A partir de 1998, a Polícia Militar começou a utilizar mais racionalmente seus recursos, através de um Programa chamado “Polícia de Resultados”. Através deste programa, a Polícia aderiu à tecnologia para o gerenciamento da criminalidade, traçando estatisticamente os locais onde ocorria o maior número de delitos. Nestes locais, que possuíam a maior probabilidade de repetição do delito, a Polícia Militar começou a estabelecer estratégias para um combate eficiente daquela criminalidade. Alguns softwares para computadores, como o SPSS e o MapInfo, foram de vital importância para a consolidação da tecnologia como ferramenta de segurança pública. Através das informações trazidas por eles, a Polícia Militar pôde alocar mais eficazmente seus recursos humanos e logísticos, resolvendo a criminalidade em muitas áreas problemáticas.

No Hipercentro não foi diferente. A própria localização dos P.O.V.⁶ do Hipercentro, instalados em 1999, foram escolhidos através do mapeamento das áreas de crime, e

⁶ Posto de Observação e Vigilância

apresentaram na época bons resultados nas suas proximidades (mas não na subárea toda). Além disso, postos de policiamento a pé (ou P.A., como são conhecidos) também foram redefinidos em 2003 após mapeamento do crime. E os trajetos de patrulhamento das Patrulhas de Prevenção Ativa foram definidos também pelo geoprocessamento.

6.2 Monitoramento Eletrônico “Olho Vivo”

O Projeto “Olho Vivo” de monitoramento eletrônico nas principais vias do Hipercentro foi implementado no final de 2003. Esse tipo de monitoramento, já utilizado anteriormente em algumas cidades do Brasil (mas nenhuma do porte de Belo Horizonte) tinha como função melhorar a capacidade preventiva e repressiva da Polícia Militar.

Inicialmente, 72 câmeras (com grande poder de *zoom* e total mobilidade para mudança de ângulo) espalhadas estrategicamente no Hipercentro faziam a vigilância destes locais. A central de monitoramento está situada no Centro de Comunicações da Polícia Militar para que, havendo a necessidade de uma rápida comunicação sobre um fato que esteja acontecendo no momento, há uma maior agilidade para isso.

Com essa estratégia, ficou mais fácil para a Polícia Militar identificar criminosos, acompanhá-los visualmente durante suas fugas, e comprovar seus delitos pela gravação das filmagens. Até 2002, era normal uma pessoa vir até o Hipercentro, ser roubada ou furtada, e ir embora sem ao menos solicitar apoio policial, por desacreditar no poder de resposta da corporação. A partir do final de 2003, quando um cidadão era vitimado e desistia de chamar a polícia, muitas vezes era

surpreendido por um policial que dizia a ele que a Polícia havia filmado o crime a qual ele havia sido vítima, que havia prendido o autor do crime e recuperado o produto do roubo, e que o cidadão deveria acompanhá-lo para o registro da ocorrência e restituição de seu bem.

Esse tipo de resposta e bom atendimento aumentaram em muito a satisfação da população do Hipercentro. Além disso, facilitou muito a ação policial de capturar criminosos, que agora tinham toda sua fuga monitorada por câmeras. Os policiais poderiam evitar deslocamentos muito rápidos e inseguros, pois as câmeras vigiavam o delinqüente até a chegada da Polícia.

Tal estratégia apresentou resultados tão animadores que a Polícia Militar já estendeu este projeto para alguns bairros da cidade, e já estuda a extensão para vários outros.

6.3 Projeto “Fica Preso” de Combate a Reincidentes Criminais

O Projeto “Fica Preso” de combate a reincidentes criminais também entrou em vigor a partir do final de 2003. Após a monografia de Costa (2003), apresentada na Fundação João Pinheiro, as autoridades públicas se sensibilizaram que um dos principais problemas do Hipercentro era a reincidência criminal. Nesta pesquisa foi identificado que, em 33,92% dos crimes ocorridos de junho de 2002 a junho de 2003 no Hipercentro, havia pelo menos um autor reincidente.

No furto a transeunte consumado, especificamente, a reincidência dos autores era de 54,04%. Já para o roubo consumado a transeunte, 39,51%, e no assalto consumado a transeunte, 40,74%. Além disso, vários autores eram presos várias vezes ao ano. Em um dos casos estudados, o mesmo criminoso foi preso 17 vezes no período de um ano, o que resulta aproximadamente uma prisão a cada três semanas.

Estes criminosos presos, ao serem encaminhados para as delegacias, na maioria das vezes não tinham suas prisões em flagrante ratificadas. Devido a problemas de superlotação ou inadequação das instalações das delegacias, os delegados buscavam encontrar brechas legais para inviabilizar a confecção dos flagrantes, o que não atendia as necessidades da comunidade. Os criminosos eram liberados no mesmo dia, muitas vezes até antes da saída dos policiais que faziam o Boletim de Ocorrência.

Com a sensibilização das autoridades estaduais, policiais e judiciárias, no final de 2003, o Primeiro Batalhão conseguiu implementar o projeto “Fica Preso”, através de seu idealizador, o então Tenente-Coronel Itamar de Oliveira Pacheco Filho, comandante do batalhão.

Tal projeto visava um simples objetivo, que era fazer com que os autores de crimes no Hipercentro permanecessem presos após cometerem delitos. Este projeto foi assim batizado pelo presente pesquisador durante uma reunião de oficiais do 1º Batalhão, parodiando um projeto governamental em voga na época, o “Fica Vivo”, que era empregado em áreas de aglomerados urbanos.

Além da prisão em flagrante dos autores de delitos, os maiores reincidentes também tiveram as prisões decretadas e, ao serem abordados nas ruas pela Polícia Militar, eram conduzidos para as delegacias presos, em virtude de Mandados de Prisão.

Esse projeto lidava principalmente com as teorias das Oportunidades e das Janelas Quebradas, e deram a sociedade uma sensação de fim da impunidade no Hipercentro.

6.4 Patrulhas de Prevenção Ativa (PPA)

A missão constitucional das Polícias Militares do Brasil, de acordo com o art 144 da Constituição Federal é de caráter preventivo. Todavia, o policiamento feito através de viaturas sempre possuiu um caráter repressivo, em contraponto ao desígnio constitucional. As viaturas policiais não atuavam preventivamente, mas após ocorrer o crime ou a quebra da ordem pública, elas se deslocavam para permitir a verificação do problema.

Apesar de a instituição policial entender bem a importância da prevenção, já havia uma cultura enraizada determinando a postura repressiva da viatura policial, com argumentos vários, desde “A viatura é rápida, ótima para se chegar rápido onde está mais precisando” ou até “Eu sei que nossa função é preventiva, mas se nós não fizermos a repressão, quem vai fazer?”

Durante muito tempo, essa foi a tônica da missão do policiamento de viaturas. Até que em janeiro de 2004, houve por parte do Comando de Policiamento da Capital a compreensão de que este modelo de policiamento motorizado não atingia os resultados esperados pela comunidade. Por isso, foi estabelecida na Instrução 01/2004 do CPC, um novo tipo de policiamento motorizado, com o nome de Patrulha de Prevenção Ativa, ou PPA.

Esta nova modalidade foi inovadora porque, pela primeira vez, a repressão não era o ponto chave da missão desta viatura, mas ao contrário a repressão. Apesar de poder atuar repressivamente, suas funções eram:

“a) Executar o policiamento preventivo nas respectivas subáreas, mantendo contato estreito com a comunidade,

principalmente comerciantes, no sentido de estabelecer vínculos confiança e proteção nos referidos locais;

b) Identificar pessoas estranhas aos locais de atuação, de forma a prevenir delitos, efetuando prisões/apreensões, quando necessário, nos casos previstos em lei;

c) Adotar medidas repressivas imediatas nos casos de rompimento da ordem pública;

d) Ter sob controle cadastramento de delinqüentes atuantes na respectiva subárea (espaço territorial de responsabilidade de uma Companhia de Polícia Militar), de modo a proceder ações com vistas à imediata identificação como medida preventiva, e a coibir a incidência de delitos nos comércios e em residências ou outros bens públicos ou particulares.” (MINAS GERAIS, 2005, p. 13)

Como pode ser verificado, das quatro missões básicas de uma PPA, apenas uma possuía caráter repressivo, enquanto as outras três eram missões preventivas de criminalidade.

Para se quebrar um paradigma e, também, os valores de uma subcultura policial, foi necessário um especial cuidado com os militares escolhidos para essa nova modalidade, com treinamentos próprios. Apesar de uma certa resistência no início daqueles que reclamavam “Para quê serve uma viatura que não pode atender uma ocorrência policial?” (na verdade, ela até pode, caso haja a necessidade e não haja uma viatura básica pronta para atender). Hoje a instituição já percebe o valor e importância deste tipo de patrulhamento.

6.5 Grupo Especializado em Patrulhamento Motorizado (GEPMOR)

Os constantes assaltos em Belo Horizonte apresentavam, muitas vezes, um *modus operandi* comum: dois assaltantes se deslocavam em uma moto potente, em horário de trânsito congestionado, e efetuavam um assalto. Após o crime, fugiam por entre os carros e furando sinais fechados. As viaturas policiais em perseguição não conseguiam acompanhá-los, devido a maior mobilidade da moto em relação ao carro, que normalmente era muito atrasada pelo trânsito lento.

As motos policiais também não conseguiam prender esses criminosos por dois motivos: primeiro, porque era motos menos potentes e velozes, não conseguindo assim acompanhar a moto dos criminosos, e segundo, com apenas um policial na moto, não haveria forma de reagir caso o criminoso que estava de passageiro na moto tentasse disparar tiros contra ele.

Pensando nesse *modus operandi* que, em 2005, foi criado o GEPMOR, ou Grupo Especializado em Patrulhamento Motorizado Repressivo. Este grupo era composto por um grupo de quatro policiais em três motos. Estas motos eram muito potentes, podendo assim acompanhar os criminosos, além de que, pelo fato de que um dos policiais não pilotava a moto, ao permanecer na “garupa” de uma delas, poderia reagir caso alguém tentasse alvejar o grupo. Este quarto policial portaria uma arma de maior calibre, sendo detentor de um enorme potencial de fogo e reação.

6.6 Implementação do Código de Posturas Municipais

Assinado pelo Prefeito Fernando Damata Pimentel, em julho de 2003, o citado Código tinha como objetivo regular todas as atividades de construções e uso dos

logradouros públicos na cidade. Esta lei, de nº 8616, regulava também as atividades executadas nestes logradouros, como comércio de bens e alimentação.

Apesar de regular as atividades de diversos tipos de comerciantes e profissionais, esta lei foi mais conhecida por alterar a forma de comércio irregular nas ruas da cidade, cujos profissionais eram conhecidos por “camelôs”. Estes “camelôs” eram pessoas que armavam barraquinhas nas ruas do Hipercentro para a venda de qualquer tipo de mercadoria. Este comércio irregular era feito geralmente com produtos descaminhados⁷ e, por não pagarem impostos, eram mais baratos que os produtos fornecidos por lojas.

Além dos preço, as barraquinhas de “camelô”, que estavam situadas por todas as ruas do Hipercentro, atrapalhavam a visibilidade das vitrines da lojas convencionais, o que também prejudicava suas vendas. Este tipo de comércio irregular estava sucateando o comércio formal do Hipercentro, e causando um grande número de falências e fechamentos de lojas regulares e legais.

Além disso, como já citado anteriormente, o prejuízo na visibilidade das calçadas no Hipercentro causados pela quantidade de barracas de “camelô” também causava transtornos à segurança pública. A fuga de autores dos crimes estudados nesta pesquisa e a ocultação do produto destes delitos, eram facilitados por esse comércio irregular.

Com o advindo da citada lei, a Prefeitura precisou “fazer valer” a nova legislação. Para isso, precisava não só de fiscais para atuarem repressivamente contra os “camelôs”, retirando-os das ruas e apreendendo suas mercadorias, como também

precisava do apoio da Polícia Militar caso alguns destes comerciantes não fossem muito colaborativos.

A Polícia Militar também possuía interesse na retirada dos camelôs, pelos motivos de visibilidade citados anteriormente. Foi firmada assim uma parceria entre Polícia Militar e Prefeitura justamente para conseguirem firmar a nova lei de Condutas Municipais. Esta parceria deu resultados excelentes, e os “camelôs” hoje trabalham em “shoppings populares” criados pela prefeitura. E graças também muito a essa lei, os resultados estatísticos de 2003 a 2006 foram atingidos.

6.7 Pelotão Tático Comunitário (PTC) na 6ª Companhia Especial

O Pelotão Tático Comunitário é um pelotão formado por policiais jovens e recém formados. Este pelotão faz patrulhamento no Hipercentro a pé ou com viaturas. O que os difere dos demais policiais de rua que trabalham na subárea 06 é o viés comunitário que lhes é atribuído. A função deste tipo de policiamento, assim como suas missões, é exatamente àquele atribuídos às PPAs, citada em um tópico passado.

O Comandante da 6ª Cia Esp, Major Aroldo Pinheiro de Araújo, preferiu utilizar jovens policiais para esse tipo de função, pois sentiu uma certa dificuldade de policiais mais experientes se adequarem aos ideais da polícia comunitária, filosofia ainda nova para as Polícias do Brasil em 2003. Na verdade, ele constatou justamente a dificuldade citada por Skolnick & Bayley (2002):

“Quando intelectuais escrevem sobre a cultura policial, em geral eles têm em mente o policial urbano, especialistas das ruas,

⁷ Como já citado anteriormente, o descaminho é diferente do contrabando porque os produtos comercializados

seguidor de um código de solidariedade com seus colegas de polícia. Os policiais de rua são considerados cínicos, frios, céticos em relação a inovações vindas da administração. (...)”

“O ‘policia urbano especialista de rua’ é capaz de aprovar atitudes como matar serviço, exibir arrogância nas ruas, e manifestar a solidariedade de grupo acima mencionadas. (...) Alguns policiais de rua (...) são cínicos encruados, ridicularizando as inovações no policiamento como incursões desnecessárias, que não funcionam para a verdadeira e eterna função do policial – aquela com a qual eles têm convivido desde a época em que foram recrutados para o treinamento em campo por um policial que, em alguns casos, veneravam. Esses “policiais urbanos especialistas de rua” ao invés de desenvolverem gradualmente uma perspectiva mais ampla, progredindo dentro da carreira administrativa, da carreira legal, ou da justiça criminal etc., reforçam sua identidade pós-recrutamento. Infelizmente, esse reforço algumas vezes se transforma em uma visão profissional para a vida toda, enraizada em uma amargura persistente e crescente, impermeável a qualquer espécie de esperança de mudança ou de novas idéias” (p. 74-75).

Acertadamente, os policiais novos se adequaram às funções de policiamento comunitário e apresentaram um ótimo rendimento no desempenho de suas funções. Dessa forma, a 6ª Cia se tornou a companhia policial do Estado com maior efetivo voltado inicialmente para ações comunitárias.

são permitidos no país. Neste caso, eletrônicos, brinquedos etc.”

6.8 Operações “Fecha Quarteirão” e “Pente Fino”.

Estas operações feitas pela Polícia Militar, sempre com o apoio dos demais participantes da rede de Defesa Social, como a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e a Prefeitura de Belo Horizonte, tinham como principal escopo organizar o Hipercentro da cidade. Ao mostrar para os transeuntes que existia um poder público presente no Hipercentro, que tomava medidas enérgicas contra criminosos, contraventores e até mesmo infratores de condutas municipais, a população poderia sentir a presença do poder público, e assim ser coibida a cometer qualquer tipo de delito.

Nestas operações, era selecionada antecipadamente uma rua do Hipercentro, delimitada por duas outras ruas, compreendendo assim apenas um quarteirão desta via. A escolha dessa rua seguia orientação do geoprocessamento, sendo normalmente uma via que sofria com altas taxas criminais, necessitando assim um “choque” da presença do poder público.

Na execução desta operação, a Polícia Militar fechava literalmente a rua, vedando a entrada e saída de veículos e pessoas. Todas as pessoas nesta rua eram revistadas e seus antecedentes criminais eram checados pela Polícia Civil. As pessoas que possuíam mandado de prisão expedido eram presas, e as demais liberadas. Os veículos também eram checados, e as leis de trânsito eram aplicadas veementemente. Os veículos irregulares eram apreendidos, e muitas multas eram feitas. Por causa dessas averiguações, foi denominada “Pente Fino”.

Além disso, os estabelecimentos comerciais existentes na rua eram checados pelas equipes da Prefeitura de fiscalização do Código de Posturas e da Vigilância Sanitária. As medidas administrativas municipais contra estabelecimentos que

descumpriam as leis municipais eram tomadas devidamente. Estes estabelecimentos também eram checados pelo Corpo de Bombeiros, para verificar se as medidas de segurança e prevenção a incêndios também estavam sendo tomadas adequadamente. O descumprimento dessas medidas culminava com multas e até mesmo o fechamento do estabelecimento.

6.9 Operações conjuntas de fechamento de lojas de ouro e aparelhos celulares.

Os assaltos, roubos e furtos consumados a transeuntes no Hipercentro tinham como produto do crime, na maioria das vezes, dois objetos específicos: o telefone celular e os cordões e colares de ouro. Estes delitos eram incentivados também devido à facilidade de se vender esse material roubado no próprio Hipercentro, em lojas receptoras⁸ de ouro e telefones roubados.

Tendo em vista tal realidade, a Polícia Militar decidiu combater não só o autor do delito, mas também quem comprava essas mercadorias. Dessa forma, combatia os crimes contra o patrimônio no Hipercentro não só “na ponta da linha” (os autores), mas também a “raiz” deste problema, que eram os receptores. Assim foram traçadas as operações deste tópico.

As operações em questão eram muito semelhantes às operações citadas no tópico anterior, no que diz respeito à integração de diversos órgãos, determinação de local para se realizar etc. Além disso, a Polícia Militar também seguia denúncias anônimas e o trabalho investigativo de seus policiais para determinar onde poderiam ocorrer essas empresas de compras ilegais de mercadorias.

⁸ Autoras do crime de receptação (comprar produtos subtraídos ilegalmente), previsto no Código Penal Brasileiro, em seu art. 180.

Após seleção do local, a Polícia Militar e os demais órgãos faziam uma operação no local, e verificava a proveniência de todas as mercadorias do estabelecimento. As notas fiscais da aquisição de mercadorias eram checadas, assim como seus fornecedores. Os produtos de origem “duvidosa” (ou seja, que não poderiam ter sua proveniência legal comprovada no local) eram apreendidos, e a Polícia Civil apurava, em inquérito policial, posteriormente a proveniência destes bens.

Além disso, o Corpo de Bombeiros checava neste estabelecimento se as medidas de segurança e prevenção a incêndios também estavam sendo tomadas adequadamente. A fiscalização da Prefeitura, por sua vez, verificava se o estabelecimento estava sendo utilizado de acordo com que permitia seu alvará de funcionamento. Qualquer violação destas condutas citadas acarretava em multas e, até mesmo, fechamento do estabelecimento.

7 Apresentação e Análise de Dados

Os dados a seguir se constituem daqueles obtidos a partir da pesquisa de campo realizada junto aos policiais com mais de 05 anos de serviço na subárea 06, e à comunidade de comerciantes e comerciários que trabalham no Hipercentro há mais de 05 anos, através da aplicação do questionário. Também serão apresentados os dados obtidos através da realização das entrevistas ao Comandante do Comando de Policiamento da Capital, ao Comandante do 1º BPM de 2003 a 2006 e ao Comandante da 6ª Cia do 1º BPM.

Os questionários foram aplicados a 50 policiais militares que servem à 6ª Companhia Especial, responsável pelo Hipercentro, e a 50 comerciantes ou comerciários do

Hipercentro, de forma aleatória. A única triagem que se fez dos pesquisados é que todos participassem da realidade do Hipercentro há mais de 05 anos.

As entrevistas foram feitas aos comandantes de Polícia Militar que conseguiram estabelecer estratégias na região do Hipercentro, a partir de 2003.

7.1 Análise dos Questionários Aplicados aos Comerciantes e Comercários que trabalham no Hipercentro há mais de 5 anos:

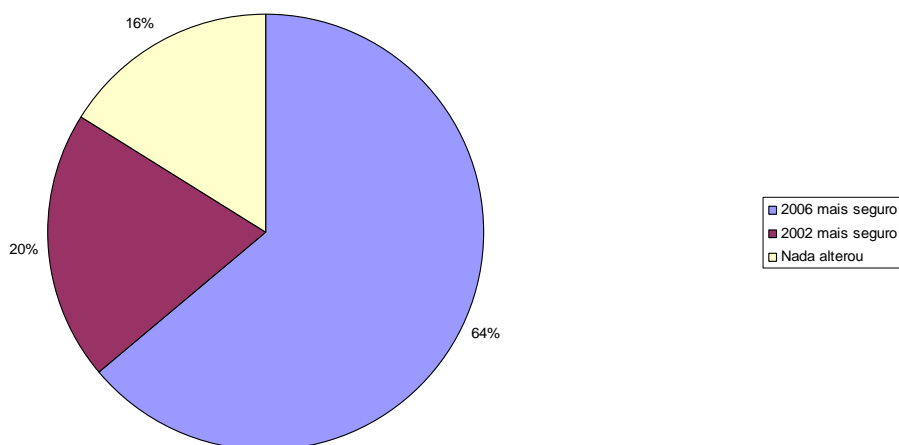
O modelo do questionário aplicado está inserido no anexo 01 da presente pesquisa. Foram aplicados 50 questionários a diversos comerciantes e comerciários. Os itens escolhidos para objeto do questionário visam identificar a opinião daqueles que convivem cotidianamente no Hipercentro, em relação à redução da criminalidade e aumento da sensação de segurança, e principalmente, quais estratégias policiais que eles consideram mais importantes para a redução da criminalidade ocorrida.

Ressalta-se que a ordem dos gráficos é a mesma da ordem das questões no questionário.

A primeira questão do questionário visava verificar se o entrevistado considerava o Hipercentro de 2006 mais seguro do que o de 2002, conforme nos comprovam as estatísticas criminais. Esta questão é importante para avaliar a sensação de segurança que o pesquisado sente, ao transitar pelas ruas do Hipercentro. Os resultados obtidos foram os seguintes:

GRÁFICO 7.1.1

Clima de Segurança no Hipercentro - Comparativo 2002 - 2006



Conforme pode ser visto no gráfico, a maioria dos comerciantes/comerciários (64%) consideram o Hipercentro em 2006 mais seguro do que em 2002. Tendo em vista que a Polícia Militar não faz merchandising de seus dados estatísticos, e que raras são as matérias jornalísticas que buscam esses dados para sua complementação, o sentimento de segurança da maioria dos entrevistados demonstra que a situação de redução da criminalidade é bem visível àqueles que convivem no Hipercentro.

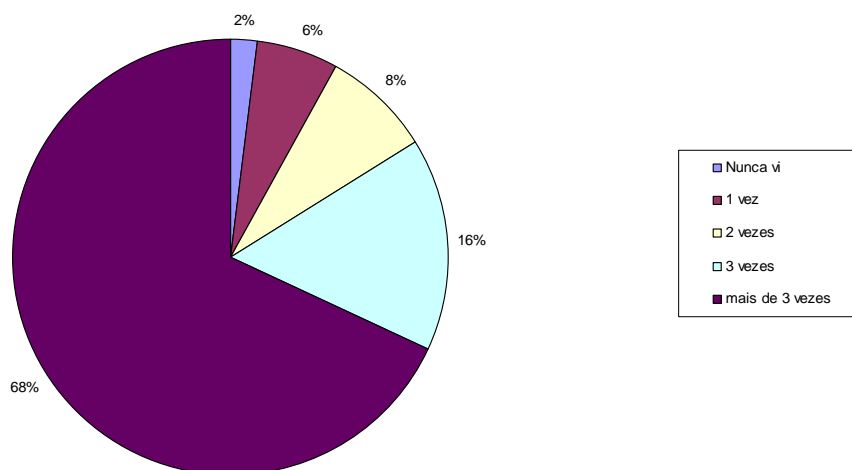
Todavia, 24% dos pesquisados consideram que em 2002 o Hipercentro era mais seguro. A estes pesquisados pode ser que fatos isolados tenham influenciado suas opiniões, como ter sido vítima de um delito em 2006 e não ter sido em 2002, por exemplo. Para 16% dos pesquisados, nada alterou no Hipercentro desde 2002, do ponto de vista de criminalidade.

A segunda questão visava verificar a rotina dos entrevistados em visualizarem crimes no Hipercentro. Como são pessoas que trabalham diariamente no Hipercentro, foi

proposto a eles responderem qual foi a última vez que viu o cometimento de um delito na subárea 6. As respostas foram as seguintes:

GRÁFICO 7.1.2

Pesquisado presenciou qualquer delito no Hipercentro, em qualquer tempo?

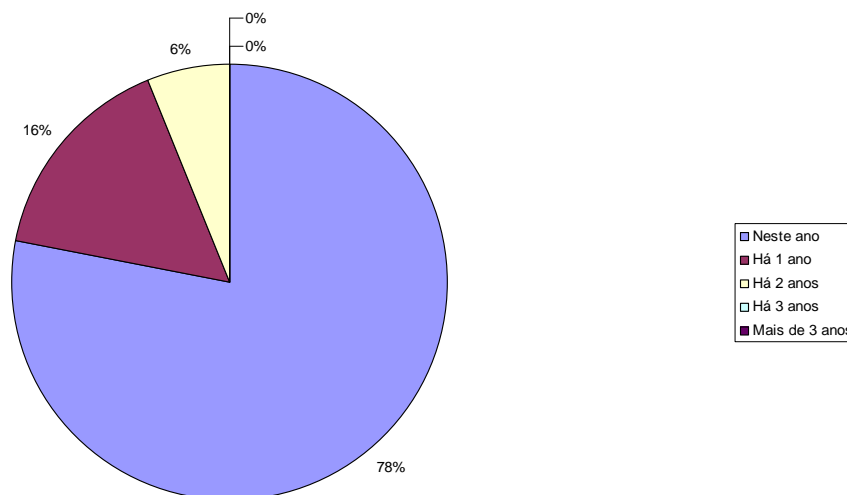


Conforme pode ser visualizado, os comerciantes/comerciários do Hipercentro testemunham crimes. A maioria destes, 68%, testemunhou mais de 3 crimes durante todo o tempo que trabalha na região. Outros 16% testemunharam 3 crimes, e outros 8%, 2 crimes. Apenas 6% testemunharam apenas 1 crime, e 2% nunca testemunharam crimes durante seu tempo de trabalho no Hipercentro.

A terceira questão visava verificar a data em que foram testemunhados estes crimes pelo comerciante/comerciário. Esta questão foi respondida só por aqueles entrevistados que, na questão anterior, alegaram ter testemunhado um delito no Hipercentro. Os resultados foram os seguintes:

GRÁFICO 7.1.3

Última vez que o Pesquisado viu um delito no Hipercentro

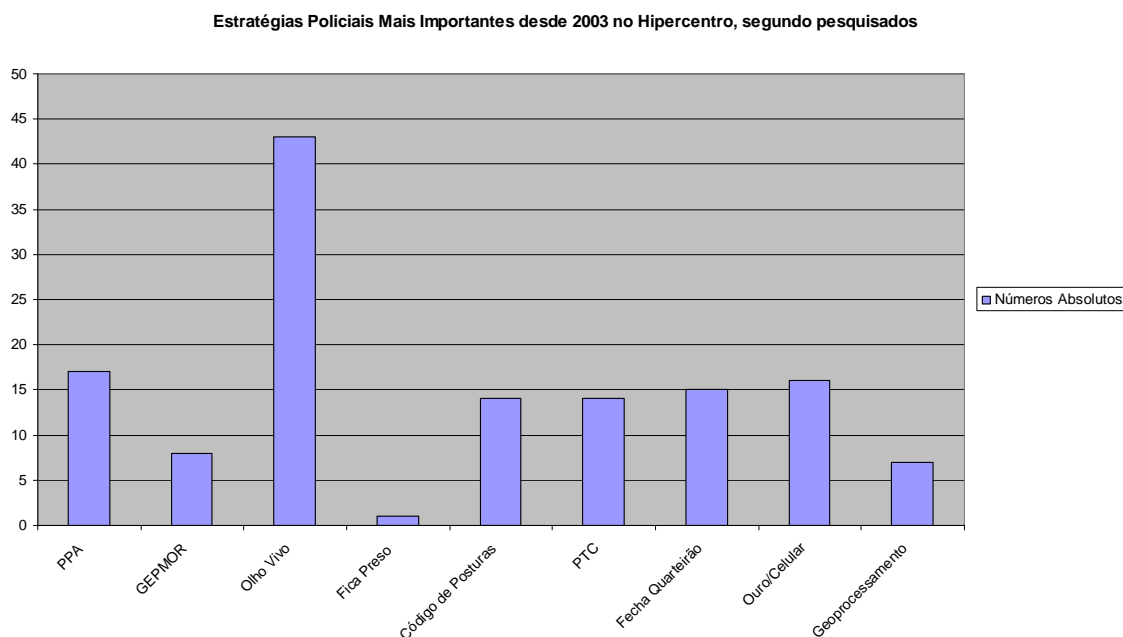


Conforme pode-se perceber, 78% dos pesquisados alegam que viram um crime em 2007, ano em que a pesquisa foi realizada. Outros 16% alegam que há 1 ano viram o último crime testemunhado ocorrer. Outros 6% dizem que o último delitos testemunhado ocorreu há 2 anos. Nenhum pesquisado viu seu último delito presenciado há 3 anos ou mais.

A última questão tinha como objetivo verificar quais estratégias policiais utilizadas no Hipercentro a partir de 2003 que possuíam uma maior aprovação popular. Os pesquisados escolheriam até 3 opções (podendo escolher menos, se quisessem) das estratégias tratadas na Seção 6, como as principais e mais efetivas no combate ao crime. Importante salientar que este resultado trata especificamente da visão de exterior do policiamento, pois é fruto da observação de pessoas que não convivem no dia-a-dia na 6ª Companhia Especial. O mais importante desta questão é perceber

quais estratégias são efetivas ostensivamente para os pesquisados. Os resultados obtidos foram os seguintes:

GRÁFICO 7.1.4



Os números do gráfico são relacionados ao número absoluto de entrevistados, ou seja, 50. A pesquisa demonstra que 43 dos pesquisados (86%) consideram o “Olho Vivo” como a principal estratégia policial no combate à criminalidade empregada a partir de 2003. Os resultados obtidos pelo monitoramento eletrônico do Hipercentro são aqueles que mais afetaram a vida das pessoas que convivem no Hipercentro.

Interessante perceber pelos dados é que as outras estratégias policiais que se destacam são aquelas “mais visíveis”, ou seja, que aparecem mais na mídia, ou na vida do comerciante/comerciário. As Patrulhas de Prevenção Ativas e o Pelotão Tático Comunitário, que têm caráter comunitário e visitam os entrevistados em seus estabelecimentos, tiveram uma boa aprovação junto a eles, em relação às demais estratégias (17 e 14 entrevistados, respectivamente, votaram nestas estratégias,

perfazendo 34% e 28%, respectivamente). A implementação do Código de Posturas Municipais, com a retirada dos “camelôs” das ruas também agradou 14 entrevistados (28%).

As grandes operações policiais também apresentaram um resultado positivo. A operação de combate á lojas receptadoras de ouro e telefones celulares teve uma aprovação de 16 pesquisados (32%), enquanto as operações “Fecha Quarteirão” e “Pente Fino” obtiveram 15 votos como positivas (30%).

As estratégias difíceis de se perceber visualmente, como o geoprocessamento, o projeto “Fica Preso”, ou as motocicletas do GEPMOR (que se confundem com as motos normais de Polícia Militar) obtiveram resultados mais baixos. Foram, especificamente, 7 (14%), 1 (2%) e 8 (16%).

7.2 Análise dos questionários aplicados aos Policiais Militares da 6ª Companhia Especial que trabalham operacionalmente no Hipercentro há mais de 5 anos:

O modelo do questionário aplicado está inserido no anexo 2 da presente pesquisa. Foram aplicados 50 questionários a diversos policiais militares da 6ª Companhia Especial, do serviço operacional (e não os do serviço administrativo). Os itens escolhidos para objeto do questionário visam identificar a opinião daqueles que trabalham com segurança pública no Hipercentro, em relação à redução da criminalidade e aumento da sensação de segurança, e principalmente, quais estratégias policiais que eles consideram mais importantes para a redução da criminalidade ocorrida.

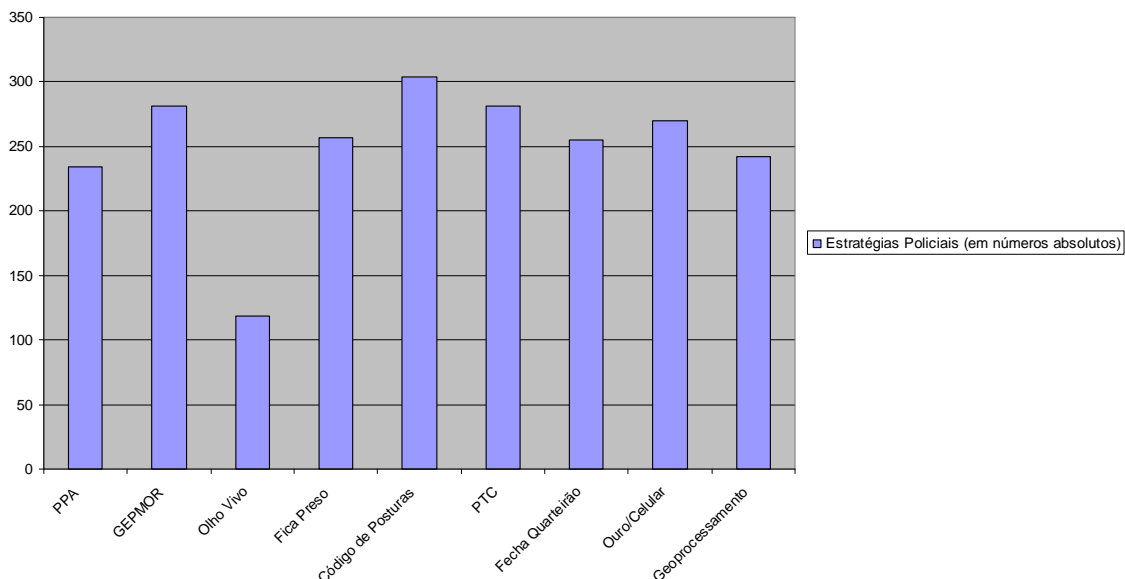
A primeira questão do questionário visava perceber quais das estratégias policiais utilizadas no Hipercentro a partir de 2003 surtiram mais efeitos positivos, segundo a visão dos policiais de rua. O resultado dessa questão demonstra qual a visão da base hierárquica, ou seja, dos policiais que, muitas vezes, não possuem qualquer conhecimento sociológico ou científico sobre criminalidade, valendo-se exclusivamente do empirismo para perceber a funcionalidade das estratégias.

Na primeira questão, o policial deveria numerar de 1 a 9 as estatísticas criminais que considerasse mais eficientes. A mais eficiente receberia o número 1, a segunda o número 2, e assim por diante, até a menos eficiente, que receberia o número 9.

Após recolhidos os questionários, foram somados os valores de cada estratégia em cada questionário. Como as estratégias melhores recebiam números menores, no somatório final então se destacarão as estratégias com somatórios menores. Uma estratégia que fosse votada pelos 50 policiais como a número 1, teria o somatório de 50. No lado oposto, uma estratégia que recebesse dos 50 policiais o número 9, teria seu somatório igual a 450. Logo, os valores absolutos obtidos nessa pesquisa variariam de 50 a 450, sendo que os valores menores são das melhores estratégias. Os resultados foram os seguintes:

GRÁFICO 7.2.1

Estratégias Policiais Mais Importantes Empregadas na subárea 6ª Cia a partir de 2003



Conforme se pode perceber, o monitoramento eletrônico (“Olho Vivo”) também foi apontada pelos militares como a principal estratégia utilizada pela Polícia Militar para a redução da criminalidade no Hipercentro. Seu somatório foi igual a 118, muito abaixo do segundo colocado, que recebeu somatório igual a 234.

As duas estratégias seguintes melhor colocadas refletem uma mudança de cultura da própria polícia. Apesar de, no início de sua implementação, as estratégias preventivas terem sido repudiadas pelos policiais que sempre acreditaram no caráter repressivo da Instituição Policial, a pesquisa nos mostra que hoje estas estratégias já são recebidas positivamente pelos policiais. Com somatórios iguais a 234 e 242 respectivamente, as estratégias da Patrulha de Prevenção Ativa e do Geoprocessamento foram observados pelos policiais como importantes para redução da criminalidade.

A estratégia do projeto “Fica Preso” de combate a reincidentes criminais, desconhecido da população comum (o que gerou um péssimo resultado na pesquisa com os comerciantes/comerciários) teve uma melhor colocação na pesquisa com os policiais. A estratégia atingiu o 5º lugar, com somatório de 257, bem próximo ao quarto colocado, as operações “Fecha Quarteirão”, que obteve o somatório de 255.

A estratégia pior colocada foi o apoio à Prefeitura na implementação do Código de Posturas Municipais. Apesar de ter recebido uma quinta colocação na pesquisa dos comerciantes/comerciários, recebeu o somatório de 304 pelos policiais. Isto pode ter ocorrido, principalmente, porque os policiais de rua, em sua maioria, não possuem conhecimento científico sobre combate à criminalidade, valendo-se apenas de sua experiência empírica para a compreensão do fenômeno. O entendimento de que políticas de organização social não podem reduzir criminalidade é recorrente entre eles. O simples fato, por exemplo, de um policial recolher apreendidas as mercadorias de um camelô, não vai reduzir furtos, segundo essa forma mais rasa de raciocínio.

A segunda questão era preenchida apenas se o policial questionado desejasse. Dessa forma, apenas 24 policiais a preencheram, dos 50 entrevistados. Destes 24, apenas 14 respostas foram realmente proveitosas, pois as demais respostas não atenderam ao que fora solicitado pela pergunta. Alguns entrevistados preferiram, ao invés de falar sobre estratégias policiais, fazer reivindicações trabalhistas.

Das respostas válidas, três entrevistados mencionaram a importância da integração entre Polícia Militar e Civil, não só em operações, mas em todos os aspectos, e o quanto isso ajudou na melhoria do serviço.

Cinco dos entrevistados debateram acerca do policiamento velado, modalidade de policiamento em que o policial não veste a farda, mas se traja de roupas comuns para se infiltrar na sociedade e detectar mais facilmente ações delituosas. Em 2003, e nos anos seguintes também foram feitos vários esforços com essa modalidade de policiamento. Todavia, esse tipo de policiamento já era uma estratégia policial utilizada há vários anos pela 6ª Companhia Especial, o que a faz diversa do alvo da pesquisa, que são estratégias policiais novas, adotadas a partir de 2003.

Três dos entrevistados, em um caráter de sugestão, debateram sobre as operações policiais que são feitas atualmente, e que elas poderiam ser alteradas. As *blitzen* de trânsito poderiam ser remodeladas, e as operações de batida policial deveriam levar mais em conta a importância da surpresa como efeito psicológico nos cidadãos abordados.

Um entrevistado, também em caráter de sugestão, disse que deveria ser criada uma lei municipal determinando os fechamentos de bares e restaurantes do Hipercentro a partir de 23:00 horas. Para quem trabalha nos horários da madrugada, as ocorrências envolvendo pessoas embriagadas são as mais frequentes.

Por último, um entrevistado disse que foi de vital importância o acompanhamento de produção individual de cada policial. Esta estratégia começou a ser adotada neste ano, 2007, portanto não se refere ao período estudado das estratégias policiais (2003-2006).

7.3 Entrevista com o Comandante da 6ª Companhia de Polícia Especial

Sob a ótica do Comandante da 6ª Companhia Especial, cargo este que ocupa desde 2003, várias são as diferenças do Hipercentro de 2006 comparado ao de 2002. As

vias de circulação (calçadas) foram desobstruídas, com o comércio informal remanejado para shoppings populares. O sistema “Olho Vivo” foi implementado com grande sucesso. O trabalho de segurança pública, ao ser executado de forma integrada pelas instituições Polícia Militar, Polícia Civil e Prefeitura de Belo Horizonte, foi bem-sucedido. Os índices gerais de criminalidade, que levam em conta todas as ocorrências de crimes e contravenções, reduziram em média 28% ao ano.

Segundo o entrevistado, é difícil determinar qual das estratégias policiais foi a mais efetiva, pois cada uma ajudou de um modo a redução da criminalidade. As estratégias citadas na presente pesquisa, inovadoras em 2003, e contestadas por alguns no início, se tornaram as estratégias brasileiras mais modernas com resultados comprovados efetivamente para redução da criminalidade em regiões centrais de metrópoles. Mas o sistema “Olho Vivo” foi o carro-chefe destas estratégias, por ser uma estratégia moderna, que usa a tecnologia para melhoria do serviço, e seus resultados são facilmente percebíveis, desde por quem acompanha as comunicações via rádio, como os transeuntes que têm seus pertences recuperados graças às filmagens.

O entrevistado salientou que, mais importante que o “Olho Vivo”, é a integração das Instituições envolvidas, como a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Prefeitura de Belo Horizonte. Esta integração é observada nas estratégias do projeto “Fica Preso” de combate a reincidentes criminais, na implementação do Código de Posturas Municipais, com o fim dos camelôs nas ruas, e nas operações “Fecha Quarteirão”, “Pente Fino” e de fechamento de lojas de telefones celulares e ouros. Com certeza, se os esforços para redução da criminalidade permanecessem desorganizados da

forma que se sucedia antes, com cada órgão fazendo uma pequena parte que nem sempre era complementada devidamente pelo outro órgão, nunca teria ocorrido de fato a redução da criminalidade. A integração das forças, certamente, foi o principal responsável pela redução da criminalidade e o sucesso do combate ao crime em Belo Horizonte.

8 Considerações Finais

Depois desta intensa pesquisa, conseguiu-se perceber através dos dados e informações obtidas, várias respostas para os questionamentos existentes anteriores ao trabalho.

O tema “Redução da Criminalidade do Hipercentro de Belo Horizonte: um estudo sobre furtos, roubos e assaltos consumados a transeuntes e das estratégias policiais para combatê-los (1998-2006)”, apesar de devidamente delimitado, nos apresentava mais perguntas do que respostas. Partindo-se da premissa que houve redução da criminalidade no Hipercentro, quais estratégias policiais poderiam ser consideradas as mais eficientes de combate à criminalidade?

Para ser comprovada a redução da criminalidade, foram estudados três delitos específicos, que apresentavam a maior incidência na área estudada (o Hipercentro de Belo Horizonte). Estes delitos eram o furto, o roubo e o assalto, todos consumados e contra transeuntes. Através do estudo das estatísticas criminais desses delitos, se conseguiu comprovar esta redução, e seu valor.

A hipótese básica era que as estratégias policiais utilizadas teriam sido de grande valia para a redução da criminalidade, no Hipercentro de Belo Horizonte. Esta hipótese foi comprovada, devido aos índices de redução da criminalidade no período estudado.

Porém, para a pergunta “quais estratégias policiais inovadoras foram mais importantes?”, foram obtidas três respostas diferentes, mas com semelhanças em seu contexto.

Para a população que transita cotidianamente pelo Hipercentro, as ruas do Hipercentro em 2006 estavam visivelmente mais seguras do que em 2002. Não só foi atingida pela PM a redução da criminalidade, mas outro fator importante, que é a sensação de segurança. Mesmo assim, a maioria dos entrevistados observou no ano de 2007 a ocorrência de ao menos um delito no Hipercentro. A estratégia utilizada pela Polícia Militar que mais ajudou a reduzir a criminalidade, segundo eles, foi o monitoramento eletrônico (“Olho Vivo”). A estratégia que foi a segunda mais votada, após o monitoramento eletrônico, estava bem abaixo dele: as Patrulhas de Prevenção Ativa. As PPAs foram inovadoras por sua função preventiva, se opondo ao viés repressivo das viaturas normais.

Para os policiais militares de rua, que trabalham cotidianamente nas ruas do Hipercentro pela 6ª Companhia, o monitoramento eletrônico (“Olho Vivo”) também foi a principal estratégia da instituição policial militar para combate à criminalidade. A grata surpresa desta parte da pesquisa foi a constatação de que a “tropa”, assim chamados os policiais da base hierárquica dentro da corporação, encontra-se com uma visão mais ampla e cientificista do combate à criminalidade. Antigamente, a “tropa” desdenhava de qualquer policiamento de cunho preventivo ou comunitário, assim como era resistente às inovações tecnológicas. Nesta pesquisa, foi comprovado que, para estes policiais desta companhia específica, o policiamento comunitário e preventivo é importante, assim como o uso da tecnologia. Para eles, as estratégias do geoprocessamento e das PPAs foram de vital importância para os resultados obtidos a partir de 2003.

Para o comandante da 6ª Companhia Especial, entrevistado com entendimento mais aprofundado de estratégias policiais e criminologia, o monitoramento eletrônico (“Olho Vivo”) foi um fator importante também para a redução da criminalidade. Mas para ele, não foi o maior. Segundo seu ponto de vista, só se conseguiu os bons resultados estatísticos de redução de crimes depois que as instituições envolvidas diretamente no problema (Polícia Militar, Polícia Civil e Prefeitura de Belo Horizonte) passaram a encará-lo juntas. A integração desses esforços, deixando para trás algumas vaidades que impediam quaisquer colaborações anteriormente, foram a “mola mestra” para a aplicação efetiva de qualquer estratégia policial bem-sucedida no Hipercentro.

A sugestão que o pesquisador lança no final desta pesquisa é que este trabalho possa ser avaliado pela Secretaria de Defesa Social e Alto-Comando da Polícia Militar para que as estratégias bem-sucedidas utilizadas no Hipercentro de Belo Horizonte possam ser utilizadas em centros comerciais das maiores cidades de Minas Gerais. Além disso, esta pesquisa pode ser ofertada para os demais estados da federação que possuam grandes cidades, com Hipercentros com altos índices de criminalidade. Afinal, este é o principal objetivo da pesquisa: comprovar a importância e funcionalidade de estratégias de policiamento, para aplicação em qualquer local onde a redução da criminalidade seja necessária e urgente.

Glossário:

Área: responsabilidade territorial de um Batalhão. Divide-se em subáreas

BPM: abreviatura de Batalhão de Polícia Militar. Divide-se em Companhias

CIA ESP: abreviatura de Companhia Especial, fração de um Batalhão de Polícia Militar.

Comerciante: proprietário de um estabelecimento comercial.

Comerciário: trabalhador de um estabelecimento comercial.

CPC: Comando de Policiamento da Capital, ou 8ª Região de Policiamento. Tem como área de atuação toda a cidade de Belo Horizonte. Esta área foi dividida em Batalhões (sete no total).

PMMG: Polícia Militar de Minas Gerais.

Subárea: responsabilidade territorial de uma Companhia de Polícia, fração da área de responsabilidade do Batalhão.

Bibliografia:

1. BEATO, Cláudio C. **Dilema no controle da criminalidade no Brasil**. Disponível em: <http://uerj.br/labore/violencia-beato.htm>. Acesso em: 18 de agosto de 2003
2. BRASIL, Decreto Lei 2848 de 07 de dezembro de 1940, [Código Penal]. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília: Imprensa Oficial, 1940.
3. BRASIL, Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília: Imprensa Oficial, set 2001.
4. BRODEUR, Jean Paul (org). **Como reconhecer um bom policiamento**. Trad. Ana Luíza Amêndola Pinheiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
5. COSTA, Gilberto Cabral. **Reincidência Criminal no Hipercentro de Belo Horizonte**. Monografia (Curso Especial de Segurança Pública). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003.
6. DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto, JÚNIOR, R. D., DELMANTO, F. M. de A., **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2002.
7. DURKHEIM, E. **As regras do modelo sociológico**, trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1960.
8. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.
9. MESSNER S. F.; ROSENFELD R. **Uma teoria da anomia institucional para a distribuição social do crime**. In Readings in Contemporary Criminological Theory, org. Peter Cordella e Larry Siegel. Ed. Northeastern University Press, 1996.

10. MINAS GERAIS. Polícia Militar. Oitava Região da Polícia Militar (Comando de Policiamento da Capital). **Instrução nº 05/2005-8a RPM**. Organiza e disciplina a Nova Malha Protetora da PMMG sobre Belo Horizonte. Belo Horizonte: Núcleo de Engenharia de Produção, Estratégias e Pesquisas/Comando de Policiamento da Capital, 2005.
11. MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando Geral. **Diretriz auxiliar de operações (DIAO) nº 01/94 CG**. Belo Horizonte: Comando Geral, 1994.
12. MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando Geral **Manual de Banco de Dados, Estatística e Geoprocessamento**. Belo Horizonte: Comando Geral, 2003.
13. RUBIN, Daniel Sperb. **Janelas quebradas, tolerância zero e criminalidade**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3730>. Acesso em: 08 de julho de 2007.
14. SKOLNICK, Jerome H. & BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
15. WILSON, James & HERRNSTEIN, Richard J. **O crime como escolha**, in. Readings in Contemporary Criminological Theory, org..Peter Cordella & Larry Siegel. Ed Northeastern University Press, 1996

ANEXO 1: PESQUISA APLICADA AOS COMERCIANTES / COMERCIÁRIOS

Questionário para Pesquisa Monográfica

Senhor(a), bom dia!

Para conclusão de minha especialização em Estudos sobre a Criminalidade e Segurança Pública, devo finalizar minha monografia, de tema “Redução da Criminalidade do Hipercentro de Belo Horizonte: um estudo sobre furtos, roubos e assaltos consumados a transeuntes e das estratégias policiais para combatê-los (1998-2006)”. Por gentileza, demande um pouco de seu tempo e responda ao breve questionário. A Polícia Militar trabalhando para cada vez mais prestar um bom serviço.

1. Qual seu grau de percepção referente ao clima de segurança na região do Hipercentro de Belo Horizonte, comparando os anos de 2002 e 2006.

- Em 2006, a segurança no Hipercentro era melhor que 2002.
 Em 2002, a segurança no Hipercentro era melhor que 2006.
 Não alterou a segurança.

2. Você já viu alguém ser vítima de roubo ou furto no Hipercentro de Belo Horizonte? Quantas vezes?

- Nunca vi. Três vezes.
 Uma vez. Mais de três vezes.
 Duas vezes.

3. Se já viu, qual foi a última vez?

- Neste ano, 2007. Há três anos atrás.
 Há um ano atrás. Há mais de três anos atrás.
 Há dois anos atrás.

3. Em seu entendimento, quais estratégias de segurança pública, aplicadas a partir de 2003 foram mais importantes para combater a criminalidade no Hipercentro? Escolha três, e marque um X na frente de cada:

- Criação das Patrulhas de Prevenção Ativa (PPA)
 Criação do Grupo Especializado em Patrulhamento Motorizado (GEPMOR)
 Monitoramento Eletrônico “Olho Vivo”
 Projeto “Fica Preso” de Combate a Reincidentes Criminais
 Implementação do Código de Posturas Municipais, através dos fiscais da PBH, com apoio da PMMG.
 Criação do Pelotão Tático Comunitário (PTC) na 6ª Companhia Especial
 Operações “Fecha Quarteirão” e “Pente Fino”, realizadas em conjunto entre PMMG, PC-MG e PBH.
 Operações conjuntas de fechamento de lojas de ouro e aparelhos celulares, realizadas por PMMG, PC-MG, e PBH.
 Utilização sistêmica do geoprocessamento.

ANEXO 2: PESQUISA APLICADA AOS POLICIAIS MILITARES

Questionário para Pesquisa Monográfica - PMMG

Policiais,

Para conclusão de minha especialização em Estudos sobre a Criminalidade e Segurança Pública, devo finalizar minha monografia, de tema “Redução da Criminalidade do Hipercentro de Belo Horizonte: um estudo sobre furtos, roubos e assaltos consumados a transeuntes e das estratégias policiais para combatê-los (1998-2006)”. Agradeço o minuto de sua atenção e boa vontade. Tenente Foureaux

1. Em seu entendimento, enumere de 1 a 9 o grau de importância das seguintes estratégias de segurança pública, aplicadas a partir de 2003 para a redução de criminalidade no Hipercentro. O grau 1 será dado à estratégia mais importante e influente, e o grau 7 a menos eficaz. Se não souber do que se trata a estratégia citada, coloque um x:

- Criação das Patrulhas de Prevenção Ativa (PPA)
- Criação do Grupo Especializado em Patrulhamento Motorizado (GEPMOR)
- Monitoramento Eletrônico “Olho Vivo”
- Projeto “Fica Preso” de Combate a Reincidentes Criminais
- Implementação do Código de Posturas Municipais, através dos fiscais da PBH, com apoio da PMMG.
- Criação do Pelotão Tático Comunitário (PTC) na 6ª Companhia Especial
- Operações “Fecha Quarteirão” e “Pente Fino”, realizadas em conjunto entre PMMG, PC-MG e PBH.
- Operações conjuntas de fechamento de lojas de ouro e aparelhos celulares, realizadas por PMMG, PC-MG, e PBH.
- Utilização sistêmica do geoprocessamento.

2. Existe mais alguma(s) estratégia(s) que não foi(ram) citada(s) na questão anterior que deva(m) ser mencionada(s)?

Anexo 3: Guia para entrevistas realizadas com o Comandante da 6ª Cia. Esp. em 2003.

O Senhor trabalha (ou) quanto tempo vinculado à realidade do Hipercentro de Belo Horizonte?

O Hipercentro de 2002, do ponto de vista criminal, é diferente do Hipercentro de 2006? Por que?

As estratégias de policiamento utilizadas no Hipercentro a partir de 2003 (como, por exemplo, PPAs, GEPMOR, “Olho Vivo”, Projeto “Fica Preso” de Combate a Reincidentes Criminais, Apoio Policial à Implementação do Código de Posturas Municipais, PTC, Operações “Fecha Quarteirão” e “Pente Fino, Operações conjuntas de fechamento de lojas de ouro e aparelhos celulares, utilização do geoprocessamento, dentre outras), em seu ponto de vista, foram vitais para que ocorresse a redução estatística criminal no Hipercentro a partir de 2003?

Qual(is) dessa(s) estratégia(s) foi(ram) a(s) mais importante(s) para que se chegasse a essa redução? Por que?